



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

CECÍLIA BARCHI DOMINGUES

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA (PNBE):
ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA NO ENSINO MÉDIO DE
ASSIS**

Assis/SP

2014



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

CECÍLIA BARCHI DOMINGUES

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA (PNBE):
ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA NO ENSINO MÉDIO DE
ASSIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e à Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito do Curso de Graduação.

Orientanda: Cecília Barchi Domingues.

Orientador: Professor Mestre Gerson José Beneli.

Coorientadora: Professora Doutora Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira.

Linha de Pesquisa: Direito.

Assis/SP

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

DOMINGUES, Cecília Barchi

Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): Estudo de Caso na Rede Pública no Ensino Médio de Assis / Cecília Barchi Domingues. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis. 2014.

113p.

Orientador: Gerson José Beneli

Coorientadora: Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1. Leitura. 2. PNBE. 3. Leitor.

CDD: 340

Biblioteca da FEMA

**PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA (PNBE):
ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA NO ENSINO MÉDIO DE
ASSIS**

CECÍLIA BARCHI DOMINGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis como requisito do Curso de Graduação analisado pela seguinte comissão examinadora.

Orientador: Gerson José Beneli

Coorientadora: Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Analisador (1):

Analisador (2):

Assis/SP

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que acreditam na Educação e, principalmente, aqueles que fazem o impossível para que ela seja efetivamente tratada com o devido respeito.

Em especial, à Profª Drª Eliane A. Galvão Ribeiro Ferreira, que me despertou a paixão inexplicável de escrever.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Profª Drª Eliane A. Galvão Ribeiro Ferreira que me apresentou ao universo da pesquisa científica, ao qual fiquei completamente encantada, sem ela minhas perspectivas de futuro seriam outras.

Os meus agradecimentos a todos os jovens entrevistados que expuseram sem receios suas opiniões sobre a leitura. Sem os seus depoimentos, este trabalho não seria possível.

Também, agradeço à direção das escolas: E. E. Profa. Leny Barros da Silva; E. E. Prof. Carlos Alberto de Oliveira; E. E. Prof. Ernani Rodrigues, por ceder tempo e atenção durante a visita.

Aos funcionários das salas de leitura e professores, que forneceram muito material extra, não se prendendo somente ao que lhes foi pedido. Auxiliaram na busca pelos acervos do PNBE e ajudaram na nossa interação com os alunos.

A todos os amigos que contribuíram, mesmo que indiretamente, com opiniões, questionamentos, ideias e críticas.

Ao professor Gerson José Beneli que desde o início me prestou total apoio ao trabalho, solucionando as dificuldades que encontrei pelo caminho.

A minha família que apóia até nas idéias insanas.

A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este texto tem por objetivo apresentar os resultados obtidos em pesquisa de campo que realizamos entre jovens leitores assisenses, incluindo os pertencentes a grupos de risco. Buscamos, por meio de questionários, bem como entrevistas presenciais, observar quais são as representações sociais perpetradas pelas suas vivências culturais com a leitura literária, ou seja, como realizam a simbolização de si mesmos e do espaço em que vivem. Mais especificamente, observamos se as obras que compõem o acervo PNBE vêm sendo utilizadas pelos mediadores de leitura e são conhecidas pelos alunos. Ainda, se podem ser localizadas nas bibliotecas das escolas em que realizamos nossas pesquisas.

Palavras-chave: Leitura; PNBE; Acervo; Representação do texto literário para os jovens.

ABSTRACT

This text aims to present the results obtained in field research we conducted among young readers assisenses, including those belonging to risk groups. We seek, through questionnaires and interviews, and observe what are the social representations perpetrated by their cultural experiences with literary reading, in other words, they perform the symbolization of themselves and the space in which they live. More specifically, we observed that the works that compose the collection PNBE have been used by mediators reading and are known by the students. Still, it can be found in the libraries of the schools in which we conducted our research.

Keywords: Reading; PNBE; Collection; Representation of literary texts for young people.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – O que alunos da Leny Barros acham de ganhar livros.....	53
GRÁFICO II – O que alunos do Carlos Alberto acham de ganhar livros.....	61
GRÁFICO III – O que alunos do Ernani Rodrigues acham de ganhar livros	68
GRÁFICO IV – Respostas de 1 a 3 (1.Você gosta de ler? 2. Você acha que ler é importante? 3. Você acha que deveria ler mais?).....	73
GRÁFICO V – Respostas de 4 a 6 (4. Existem livros na sua casa? 5. Na sua família, as pessoas têm o hábito de leitura? 6. Quando você era pequeno liam pra você?).....	74
GRÁFICO VI – Resposta 7 (O que você acha de ganhar um livro?)	74
GRÁFICO VII – Resposta 8 (Consideramos os que leem os livros que recebem)	75
GRÁFICO VIII – Resposta 10 (Os que frequentam a biblioteca).....	75

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Fachada da Escola Estadual Profa. Leny Barros da Silva.....	50
Foto 2 – Sala de Leitura e alguns acervos da Escola Leny	58
Foto 3 – Fachada da Escola Carlos Alberto	59
Foto 4 – Biblioteca e alguns acervos da Escola Carlos Alberto.....	64
Foto 5 – Fachada da Escola Ernani	66
Foto 6 – Biblioteca e alguns acervos da Ernani Rodrigues.....	71

SUMÁRIO

Introdução	13
CAPÍTULO I – A LEITURA E SUAS REPRESENTAÇÕES ENTRE OS JOVENS.	
1. A leitura e o leitor juvenil.....	16
1.1 A leitura na contemporaneidade	18
1.2 A leitura para o jovem	21
1.2.1 O específico juvenil.....	22
1.3 A importância de se ler um clássico	25
1.4. Realidade Assisense	26
CAPÍTULO II – A PREVISÃO DE UM LEITOR JOVEM NO BRASIL.	
2. A história da Literatura no Brasil	29
2.1 Séculos XVIII e XIX	29
2.2 Anos 1920.....	32
2.3 Anos 1930.....	34
2.4 Anos 1940.....	35
2.5 Anos 1950.....	37
2.6 Anos 1960.....	39
2.7 Anos 1970.....	41
2.8 Anos 1980.....	43
2.9 Anos 1990 e 2000.....	44
CAPÍTULO III – AS REPRESENTAÇÕES DA LEITURA ENTRE OS JOVENS ASSISENSES.	
3. Reflexo da leitura no jovem assisense	48
3.1 E. E. Profa. Leny Barros da Silva.....	50
3.2 E. E. Prof. Carlos Alberto de Oliveira.....	59

3.3 E. E. Prof. Ernani Rodrigues	66
3.4. Comparativo entre as escolas	73
3.5. Considerações finais a respeito da pesquisa de campo.....	76
CAPÍTULO IV – UM OLHAR SOBRE A LEGISLAÇÃO.	
4.1 Biblioteca ou Sala de Leitura?.....	79
4.2 O Direito da Educação.....	82
4.3. Direito à Educação.....	86
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A questão da leitura continua a ser um dos maiores entraves à sociedade brasileira, tanto em relação ao desempenho escolar, quanto no que diz respeito ao mercado de trabalho. O Instituto Pró-Livro divulgou, no segundo semestre de 2012, a terceira edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012), cujo intuito foi o de medir a intensidade, forma, motivação e condições de leitura da população brasileira. Um dos questionamentos aconteceu sobre a relação do sucesso profissional com a leitura (“Conhece alguém que ‘venceu na vida’ por ler bastante?”), para a qual os números demonstraram a permanência de uma infeliz realidade: 47% dos entrevistados, em 2011, não conheciam ninguém a que pudessem atribuir o papel da leitura como motivo de sucesso profissional. Por meio desses dados, reafirma-se o fracasso generalizado da escola brasileira quanto à formação de leitores, ainda que o Estado, em todos os níveis, tenha apresentado ações significativas na última década.

Vale destacar a distribuição de acervos compostos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, instituído, em 1997, e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. O PNBE tem por objetivo “[...] democratizar o acesso a obras de literatura infantil e juvenil, nacionais e estrangeiras, bem como o acesso a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras.” (MACIEL, 2008, p.11). A sua criação denota que ações relacionadas à leitura e formação de leitores foram otimizadas, refletindo o valor simbólico que ambas adquiriram para o governo, para os órgãos e instituições compromissados com a educação.

Pelo exposto, saímos a campo e identificamos entre comunidades de jovens leitores (de 15 aos 18 anos, aproximadamente), incluindo os pertencentes a grupos de risco, representações sociais perpetradas pelas suas vivências culturais. Os resultados levaram-nos a reflexões acerca da formação do leitor no município de Assis. Verificamos que a leitura literária, entre a maioria dos entrevistados, não representa uma forma de simbolização de si mesmo e do espaço em que vivem.

Observamos também que as obras que compõem o acervo PNBE vêm sendo utilizadas, apenas, por um grupo restrito de mediadores de leitura. Mais especificamente, durante o

desenvolvimento da pesquisa, notamos que o incentivo para a leitura literária, como forma de autoconhecimento e ampliação de horizontes de vida pessoal e social, existe na escola pública, mas em ações isoladas.

Para tanto esses levantamentos, aproximamos diferentes grupos sociais na busca de soluções para problemas mais amplos; aferimos as representações pessoais e sociais dos grupos de jovens em situação de risco; elaboramos estratégias para ações com os grupos trabalhados, a fim de que se tornassem protagonistas da própria história; levantamos obras de autores nacionais, lançadas no mercado desde o final do século XIX e que circularam entre nós, especificamente, sob a rubrica literatura juvenil; realizamos uma reflexão sistemática sobre a existência efetiva de um específico juvenil dentro do campo mais amplo da literatura; investigamos verticalmente o estatuto da literatura juvenil, definindo-a e caracterizando-a com maior clareza em oposição a outros textos literários; analisamos o processo de mediação e recepção de textos literários no contexto da escola pública (Ensino Fundamental), em suas muitas variáveis, especificamente sua representação em acervos compostos pelo PNBE.

A presente pesquisa justifica-se no contexto de um Instituto de Ensino Superior, sobretudo, de uma graduação do curso de Direito, pois neste faz-se necessário refletir sobre a leitura e, sobretudo, o direito do cidadão de ter acesso a ela.

Para a explanação de seus resultados, este texto divide-se em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a leitura no âmbito do jovem, refletindo sobre o que vem a ser a produção especificamente juvenil, bem como se definiram e distinguiram os conceitos de infância e adolescência, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No segundo, elencamos um breve contexto histórico da literatura do Brasil. No terceiro, apresentamos os resultados das entrevistas com alunos e bibliotecários. Nessas pesquisas, buscamos verificar se o acervo enviado pelo PNBE, realmente, era conhecido pelos entrevistados e, sobretudo, utilizado e lido por eles. Além disso, se era conhecido pelos mediadores que, com esses jovens, interagem. Finalmente, no quarto, refletimos sobre os direitos em ter uma educação de qualidade.

A LEITURA E SUAS REPRESENTAÇÕES
ENTRE OS JOVENS

CAPÍTULO I

1. A leitura e o leitor juvenil

O intuito de abordar o que se tem concebido como “literatura juvenil” implica uma escolha bem específica do objeto de estudo: no caso, um conjunto de obras de certo subsistema que compõe, em termos gerais, o sistema literário e cultural brasileiro. Subsistema que se define sob a égide de dois grandes aspectos, quais sejam; o público a que se destina e a forma pela qual as obras circulam entre e para este público.

As modificações do sistema educacional brasileiro, após a abertura democrática dos anos 1980, acarretaram políticas especificamente voltadas ao jovem. Conforme Gregorin (2011, p.21): “Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069), que considera criança a pessoa com até doze anos e adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos e tem como objetivo nortear o tratamento para com eles.” Para o autor, embora a iniciativa governamental visasse a proteger os indivíduos dessas faixas etárias no que se refere à violência, não conseguiu abranger as transformações sociais promotoras de várias situações de risco.

A produção literária, nesse contexto, obviamente reflete preocupações e lutas voltadas à definição do papel do jovem na sociedade. Como se pode notar, abordar uma literatura identificada por um termo como “juvenil” indica que se tem um objeto delimitado, a partir dos anos 1990, por práticas sociais impostas historicamente por diferentes situações, acontecimentos e posicionamentos diante da literatura e da leitura (GREGORIN, 2011, p.32-33). Justifica-se, então, uma reflexão acerca da produção literária juvenil, pois esta permite um avanço na discussão acerca do que se produz sob essa designação e se efetiva no mercado de bens simbólicos, sobretudo, sobre como chega até seu destinatário. Aliás, vale indagar sobre a recepção dessas obras, muitas vezes, mediadas por adultos que, por sua vez, não constituem o seu público-alvo. Para o pesquisador e para o mediador, a conscientização desse complexo processo assegura posicionamento crítico diante da produção veiculada no mercado e a assegurada em âmbito escolar. Justamente, esse posicionamento facultava-lhes tomadas de posições e estabelecimento de metas na formação de sua própria biblioteca vivida e, no caso do mediador, na dos jovens.

A literatura para jovens, em meio às diversas agências constituintes do sistema literário de modo geral, requer a consciência de uma “estética da formação”, conforme Ceccantini (2000). Para o autor, essa expressão desdobra-se em três acepções: 1) o tema; 2) o ser em formação;

3) a formação literária em contraste com a pedagógica. De acordo com este autor, os textos juvenis possuem papel importante na formação do leitor, e incorporando elementos do universo *teen* contemporâneo, não deixam de se inscrever em uma tradição como a dos *Bildungsroman* (CECCANTINI, 2010(a), p.09), ou seja, romances de formação.

Ceccantini (2010), refletindo sobre o mercado editorial no âmbito da literatura infantojuvenil brasileira, indica uma grande pulverização dos temas abordados pelas obras publicadas entre 2008 e 2009. Podem ser apontadas algumas recorrências, como a intertextualidade e o apuro do projeto gráfico-editorial, sendo este resultante do aprimoramento das técnicas gráficas e do barateamento de custos. Estes fatores permitem maiores ousadias, como o uso crescente de capa dura, verniz, diferentes qualidades de papel, cortes e texturas pouco convencionais, tornando o livro direcionado aos jovens um objeto bastante atraente. Autores veteranos, como Lygia Bojunga, ou menos conhecidos, como Gustavo Bernardo, Luís Dill e Caio Riter, abordam temas atuais e candentes, por meio de uma linguagem instigante – compreendendo-se esta por um texto que busca se aproximar do jovem leitor, sem fazer concessões ao senso comum ou à anulação da inventividade literária. Merecem destaque, ainda, obras de poesia, teatro e imagens que, dotadas de valor estético relevante, representam da melhor forma esses segmentos.

O texto literário, atualmente, não pode ser compreendido sem a devida atenção ao papel do Estado, como provedor de livros a amplas camadas da população, ou seja, como os programas oficiais solicitam inscrições nessas rubricas, nota-se o aumento de publicações que tentam atender aos requisitos dos editais, como é o caso do PNBE. Percebe-se, por fim, o esforço deliberado por parte dos mais diversos agentes promotores da leitura de levar o objeto “livro” ao seu destinatário mais focado, o leitor jovem, isto é, “em formação”.

Na contramão daqueles que não se importam e na tentativa de ampliar o circuito de discussão sobre o livro para jovens, torna-se imprescindível a participação dos mais diversos agentes em busca de legar às novas gerações leituras de valor literário, justamente por isso de valor estético relevante. Objetivo que transcende iniciativas governamentais e convida não só professores, mas a todos os interessados a se tornarem mediadores de leitura e, sobretudo, a continuarem como leitores de obras que, na busca pela renovação e inventividade, contribuem para a continuidade da melhor tradição literária no Brasil: tradição que é um direito a ser efetivado às crianças e aos jovens de todos os segmentos sociais.

1.1 A leitura na contemporaneidade

Brasileiros leem em média quatro livros por ano, o que é preocupante devido à queda dos números, 85% das pessoas gastam seu tempo livre assistindo à televisão e apenas 25%, com leitura (Desses 25%, 58% leem frequentemente). O desinteresse pelos livros atinge 78% dos entrevistados, 15% têm dificuldades na leitura e 4% não têm fácil acesso a livros (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012)

Professores e pais são os que mais influenciam na leitura dos jovens, embora estes aleguem que nunca, ou quase nunca, veem membros da família lendo. A maioria dos considerados leitores, receberam influência de familiares na formação do gosto pela leitura quando criança, ora lendo contos antes de dormir, ora os presenteando com livros. Ainda, 87% dos não leitores afirmam nunca terem ganhado um livro (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

De 2007 a 2011, houve um aumento no consumo de livros comprados e caiu o uso de emprestados, seja de bibliotecas, amigos ou até mesmo o uso de livros entregues pelo governo (85% dos brasileiros não compraram livros nos últimos três meses). O preço baixo, a comodidade e a variedade de temas são os mais focados pelo público. Alguns afirmam que livros são caros, porém com o uso da internet é possível encontrar sebos e livrarias com preços extremamente reduzidos, livros de todos os tipos e sem sair de casa. O gosto pela leitura ainda é uma das principais motivações para se comprar livro (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Conforme o Dicionário on-line de português (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2012), a biblioteca é um edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros destinados à leitura de frequentadores ou sócios. Os serviços prestados à sociedade, como o atendimento e a facilidade de acesso, são reconhecidos pela população, ainda assim, a maioria dos entrevistados a tem como um lugar para estudar e fazer pesquisas, poucos buscam livros, eles alegam não encontrar o livro desejado. Cerca de 20% dos entrevistados frequentam a biblioteca (Destes, 70% são estudantes), 33% dizem que nada os faria frequentar (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Alguns brasileiros denominam-se leitores, lendo apenas um livro por ano e desconhecem que, de fato, tem o hábito de leitura quem lê, no mínimo, um livro a cada três meses. Vale lembrar que revistas, jornais, materiais indicados pela escola ou pelo trabalho, textos da internet e livros digitais também são significativos. A pesquisa Pró-livro (INSTITUTO PRÓ-LIVRO,

2012) divulgou que o aluno quando completa um ciclo de escolaridade e decide parar, visando ao campo de trabalho, perde o interesse pela leitura e pelo contato com o meio estudantil. As pessoas têm o conhecimento de que a leitura pode abrir caminhos (cerca de 60%), mas mesmo assim estão desmotivadas. Possuem consciência, têm material, mas o que falta é a vontade de ler.

Em 2007, 55% dos entrevistados tinham o hábito de ler, já em 2011, o número caiu para 50%. A falta de tempo é a causa do não ler, 43% não têm dificuldade para ler, 20% dizem não ter paciência. O mundo está ficando preguiçoso, a correria do dia a dia desgasta o corpo e a mente. Desse modo, aquele que não se educa ou não se vigia acaba perdendo o tempo com coisas sem propósito. Assim, aprende a gostar do mais prático, da cultura de massa que é fácil de ser compreendida em relação ao esforço cognitivo de interpretação que uma obra de arte exige (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Livros considerados obras de arte estão dando espaço na prateleira dos brasileiros à cultura de massa. A Bíblia e outros livros religiosos são os favoritos, porém obras como *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado, *Dom Casmurro*, de Machado, entre outros, são verdadeiros clássicos que perpetuaram no tempo e apresentam projeto estético. Contudo, são relegados à leitura obrigatória escolarizada e substituídos, sempre que possível, por *best-sellers*, como *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, ou por obras de autoajuda, como *A cabana*, de William P. Young, *O Monge e o Executivo*, de James C. Hunter, entre outros. Não é desmerecido o valor dos novos, mas é perigosa tal progressão, não queremos ver Machado de Assis fora da lista dos livros mais marcantes para os leitores brasileiros nos anos seguintes.

Conforme os anos passam, a tecnologia está mais presente na vida das famílias brasileiras e, conseqüentemente, a internet toma conta das casas. Roger Chartier, um dos maiores especialistas de leitura do mundo, afirma que o hábito de ler está além dos livros. Mas que a internet proporciona às pessoas maior acesso à cultura e, no futuro, transformará a leitura em algo mais forte, mesmo que descontínua (In: AGÊNCIA BRASIL (1), 2012). É necessário considerar a partir das conclusões de Chartier que o computador deve ser usado para enriquecer o homem e não meramente para a recreação, como 58% das pessoas entrevistadas fizeram, de acordo com a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (In: INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012). Dessas, 82% nunca leram um livro pela internet mesmo considerando sua

praticidade. Por meio desses dados, reafirma-se o fracasso generalizado da escola brasileira quanto à formação de leitores, ainda que o Estado, em todos os níveis, tenha apresentado ações significativas na última década.

Chartier (In: AGÊNCIA BRASIL (1), 2012) considera que a escola tem a responsabilidade de promover o hábito de leitura, pois corrige as desigualdades do meio social, mas deixa claro que não é possível fazer tudo. O governo deve atuar em conjunto, por meio de campanhas de incentivo à leitura, recursos às famílias mais desprovidas de capital cultural e ajudar na atenção ao sistema escolar.

A atuação do governo tem se efetivado na distribuição de livros pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE. A sua criação denota que ações relacionadas à leitura e formação de leitores foram otimizadas, refletindo o valor simbólico que ambas adquiriram para o governo, para os órgãos e instituições compromissados com a educação.

O Programa é gratuito, mas para que as escolas recebam os acervos devem estar cadastradas no Censo Escolar. Esse Programa realiza três ações: avaliar e distribuir obras literárias, o PBNE Periódicos que distribui material didático para escolas de ensino infantil, fundamental e médio, e o PNBE Professor responsável pelo caráter pedagógico, entrega e avalia obras de cunho teórico e metodológico aos professores da educação básica e de jovens adultos. A distribuição dos livros é realizada de forma alternada: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens adultos. Já no ano seguinte, são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

De acordo com o MEC, o orçamento previsto para o ano 2013 é de R\$ 75 milhões para aquisição e distribuição das obras. Essas serão divididas em seis acervos distintos, com 60 títulos cada um. Ao todo, serão 180 títulos para os anos finais do ensino fundamental e a mesma quantidade para o ensino médio. As obras atenderão a 12,3 milhões de alunos do ensino fundamental e 7,4 milhões do ensino médio (AGÊNCIA BRASIL (2), 2012).

O Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realiza um processo de avaliação, seleção e formação dos acervos que serão entregues às escolas do Brasil. São obras literárias compostas por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livro de imagens e livros de histórias em quadrinhos (PORTAL BRASIL, 2012).

O intuito é buscar a variedade e a adequação do livro à faixa de seu receptor, proporcionando, então, o despertar da curiosidade e o interesse do público para formação de novos leitores. Há também livros destinados a auxiliar aqueles que têm dificuldade com a leitura ou são deficientes visuais. Existe a possibilidade de fornecer um acervo disponível no computador em texto digital falado, por meio da tecnologia Mecdaisy (PORTAL BRASIL, 2012).

Obras como *Viagem ao Centro da Terra*, de Julio Verne; *Moby Dick*, de Herman Melville; *A Invenção de Hugo Cabret*, do escritor Brian Selznick; *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, compõem a lista dos acervos de 2013 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

1.2 A leitura para o jovem

A presença da leitura entre os jovens é de importância inestimável, tal hábito tem forte incentivo em uma educação estruturada e diretamente pode levar a um grande desenvolvimento da sociedade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), “[...] As crianças e os adolescentes têm o direito de receber um bom nível de educação [...]”, mas também devem responder por seus deveres: “[...] Quando as crianças e os adolescentes cuidam do material escolar colaboraram com o direito à educação de todos [...]”.

Somente a distribuição dos acervos não é o bastante para incentivar a leitura. Antes, é necessária a exploração desse meio, despertar a curiosidade do jovem leitor, trabalhar a entrega de livros e assegurar a leitura das obras. Tudo que é público vem de tributos arrecadados dos brasileiros, as escolas estão equipadas com materiais que vêm desse dinheiro, é responsabilidade de cada um cuidar do que o governo disponibiliza. Educação é um direito, absorver e aproveitar é dever consigo mesmo. Aliás, é preciso assegurar que a leitura saia da margem da vida social e adentre o seu lugar de direito: no centro da formação do sujeito crítico.

Segundo o Ministério da Educação, “[...] Ler é apreciar, inferir, anteciper, concluir, concordar, discordar, perceber as diferentes possibilidades de uma mesma leitura, é estabelecer relações entre diferentes experiências – Inclusive de leitura[...]” (MEC, 2012). E frisa que não se trata somente de atender àqueles que vão à escola e sim beneficiar toda a comunidade que circula em seu entorno.

O papel da escola está em formar o leitor não só na sala de aula, mas também dentro de casa, para que, assim, o aluno, ao aprender a gostar de ler, possa influenciar pais e amigos. A leitura instrui, passa conhecimento, é uma forma de expressão, construção do ser, ajuda na solução de problemas, forma caráter, muda ideias, compartilha sentimentos e desperta sonhos. Ler não tem idade, não tem cor, não tem classe, tem nível cultural e vai de quem busca o saber definir o que encontrar em cada obra. De acordo com Antonio Candido, a “Literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (1995, p. 242). É preciso conhecer nossa história, nossos Brasis, saber de onde viemos para saber onde vamos e, justamente, a literatura nos possibilita isso.

1.2.1 O específico juvenil

Até meados do século XVII, a sociedade classificava o desenvolvimento humano em duas etapas, a fase da infância e a fase adulta. No século XVIII, houve a necessidade de determinar uma nova fase, de transição entre criança e pessoa adulta, chamada adolescência (GREGORIN, 2011).

Segundo Vincent-Bufault, “a adolescência se trata de [...] um período ao mesmo tempo transitório e de suma importância para a construção do indivíduo” (apud GREGORIN, 2011, p.17). Esse conceito surgiu quando se necessitou atender aos anseios de jovens que enfrentaram a Segunda Guerra Mundial, presenciaram as promessas de Juscelino Kubitschek de Oliveira e assistiram aos filmes de Hollywood. A produção literária de 1950, da época de Juscelino, ao explorar a temática da adolescência, concebeu-a como um bom nicho de mercado. Na década de 1960, dois tipos de jovens foram definidos: a juventude de padrões tradicionais e a juventude hippie, vivendo ideias de liberdade. Consequentemente, na década de 1970, houve o aumento de movimentos populares, trazendo então a Lei da Anistia e a Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil (GREGORIN, 2011, p.18-20).

No século XX, em síntese, analisamos os reflexos de um povo com sede de liberdade, segundo Gregorin Filho:

A mídia comenta quase diariamente que as mudanças de papel social de homens e mulheres refletem a dificuldade de delimitar tanto o universo masculino como o feminino numa sociedade na qual as mulheres conquistaram o mercado de trabalho e alcançaram certa liberdade sexual, o que obrigou os homens a repensar seu papel

dentro e fora de casa. Como consequência, vê-se o aumento da quantidade de jovens que passam grande parte do tempo sem a supervisão de um adulto, que poderia orientá-los na escolha de livros, sites e outros, assim como controlar o tempo que eles passam diante da televisão ou do computador (2011, p.23).

Os pais elegem a escola como instituição para conservar o que sobrou de antigos valores, é ela quem ensina a liberdade de se manifestar através da arte e não somente pela internet. As redes sociais representam um meio sem restrições que jovens do século XXI encontraram para expor o que pensam e sentem, é um mundo de aceitação, já que, nessa fase, não sendo mais crianças, precisam pensar como adultos, mas ao mesmo tempo, não podem fazer o que adultos fazem (GREGORIN, 2011, p.23-26).

Como consequência, há jovens com críticas que não se sustentam, a sede de se manifestar não vem acompanhada da sede pela leitura. Assim, um jovem que não conhece seu próprio mundo através da literatura não cria argumentos suficientes para expor aquilo que lhe convém, tratando-se de pensamentos sem bibliografia. A compreensão da literatura enquanto obra de arte é a compreensão de si mesmo (GREGORIN, 2011, p.61-62).

Gregorin Filho afirma que: “A literatura de recepção juvenil traz um discurso que dialoga com outras manifestações textuais no conflito de vozes dessa sociedade, ou seja, ela não é um veículo à parte da sociedade” (2011, p.31). Por isso, a formação de novos leitores deve ser iniciada no ensino infantil e fundamental, o ensino médio fica a reboque das listas de livros dos principais vestibulares. Se este plano for realizado com êxito, alunos do ensino médio estarão prontos para encarar a dificuldade da obra de arte.

As mudanças do século XIX trouxeram para a literatura juvenil:

“[...] a diversidade de valores do mundo contemporâneo; o questionamento do papel do homem diante de um universo que se transforma a cada dia; as vozes de diferentes contextos sociais e culturais na formação de um povo brasileiro, sua diversidade e dificuldade de sobrevivência; e, o mais importante, as vozes e sentimentos do adolescente nas páginas dos livros, nas ilustrações e nas diferenças de linguagens que compõem a produção artística para os jovens”. (GREGORIN, 2011, p.32-33).

A literatura fez emergir a voz questionadora do próprio jovem contrário ao autoritarismo e a instituições. Justifica-se, então, que, na atualidade, eles busquem uma literatura juvenil mais

plural no que se refere à construção de seus enunciados e mais enriquecida no que tange a seus diálogos com a realidade sociocultural do povo brasileiro.

No cenário contemporâneo do capitalismo exacerbado, faz-se necessário levar os jovens a se interessarem por uma literatura dotada de qualidades artísticas que represente a cultura do nosso povo, bem como o imaginário de nossa sociedade. Trata-se, assim, de uma literatura que não possui como objetivo veicular padrões morais e de conduta impostos por outras culturas.

Por este viés, a escola tem por objetivo adequar os métodos de ensino de acordo com os interesses e a realidade de seus alunos, usando dessa adequação para atingir a massa de não leitores. Para tanto, no trabalho com a literatura deve considerar o livro dotado de bom projeto gráfico editorial e também com trabalho estético, a fim de assegurar a emancipação do leitor.

Para chamar atenção do jovem é necessário que a leitura acompanhe-o em suas transformações. O professor deve escolher um texto que dialogue com o aluno, se for um texto literário deve-se adequar a expressão artística. Faz-se necessário que o orientador explique que as chamadas “palavras difíceis” representam parte do aprendizado, assim, o aluno perde o medo de ler algo com nível mais elevado. Para cativar o jovem à leitura, o mediador precisa associar o conteúdo do livro a experiências humanas de cunho existencial, social e cultural que estão presente na vida do jovem.

Coelho (2000) alega haver cinco tipos de leitores, suas classificações mudam de acordo com a evolução de cada um. O Pré-leitor é aquele que ainda não tem competência para decodificar a linguagem verbal. Trabalha-se com a imagem para que esse indivíduo possa tomar contato com a estrutura da narrativa como: personagens, tempo e espaço. O Leitor iniciante já decodifica a linguagem, sua necessidade é misturar as expressões da linguagem verbal com a imagem propriamente dita. O Leitor em processo possui organização do pensamento lógico, fase em que se apresenta textos com mais complexidade. O Leitor fluente tem maior capacidade de compreensão do universo contido no livro. Desenvolve-se o pensamento hipotético dedutivo, a reflexão é fundamental. O Leitor crítico desenvolve o pensamento reflexivo e crítico (apud GREGORIN, 2011, p.66-68).

Dentro da sala de aula há todos os tipos de leitores, nenhum deve ser considerado inferior a outro já que até as atividades do pré-leitor são de grande importância para o desenvolvimento do leitor crítico. Conforme Gregorin Filho:

A literatura literária pode contribuir sobremaneira para a ampliação da competência argumentativa se as atividades forem bem exploradas e se o jovem tiver direito a voz, de comentar e emitir suas impressões sobre as obras lidas, de maneira espontânea e com atitude colaborativa do professor (2011, p.70-71).

Tzvetan Todorov considera que o resultado que encontramos no desinteresse pela literatura decorre da forma como ela é tratada na escola, pois existem professores que procuram ensinar seus alunos de acordo com métodos de 1960, não adaptando seu trabalho à realidade social e cultural do jovem de hoje (apud GREGORIN, 2011, p.96-100). Antes mesmo de dar aula, é necessário um estudo aprofundado sobre como fazê-lo, que exige conhecimento do público e adaptação de estratégias que favoreçam seus interesses.

1.3 A importância de se ler um clássico

O objetivo de um livro clássico não é confortar quem o lê, mas sim despertar a voz questionadora, a partir da realidade demonstrada. Ao fim de uma grande obra, analisa-se o que foi absorvido da leitura, em alguns casos, mistura-se realidade e ficção para que chegue até a conclusão final, entretanto, deve-se dosar a leitura de atualidade e de um clássico. (CALVINO, 1993, p. 09-15).

A grande magia desses livros é sua releitura, pois nela encontramos novos pensamentos e realidades. Não importa quantas vezes você leia um clássico, em sua releitura, com certeza, vai encontrar algo novo. Conforme Calvino, “[...] Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer [...]”. (CALVINO, 1993, p. 11)

Quanto mais o tempo passa entre a leitura e a releitura, o que foi absorvido, na primeira, muda completamente ou, em boa parte, o ponto de vista. Principalmente, se o leitor inclui dentro de seu pensar experiências próprias. (1993, p. 11-13)

O primeiro encontro entre jovens e clássicos não é tão animador, pois, pouco é absorvido, pelo fato de ser sua primeira apresentação e este tipo de leitor possuir, ainda, pouca experiência de vida. Segundo Ítalo Calvino, “[...] as leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência de vida [...]” (1993, p.10).

Cada leitor tem uma preferência diferente e assim segue no gosto pelas obras. Para que um clássico faça parte de uma preferência é preciso que seja apresentado um acervo de obras, mesmo ele gostando ou não. A partir disso, vai selecionar aquilo que lhe convém e, futuramente, reler este clássico com outros olhos. Não porque lhe foi obrigado, mas por curiosidade de saber. (1993, p. 10-11)

1.4. Realidade Assisense

Em novembro de 2012, foi aplicado o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) nas escolas públicas de Assis, pelo IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) foi possível analisar a situação da educação no município. Houve aumento nas médias de língua portuguesa e matemática, conforme aproveitamento do SARESP. Pelos índices do IDESP, houve esse aumento foi de 1,78, em 2011, para 1,91, em 2012 (JORNAL DE ASSIS, 12/03/2013).

Segundo a Secretaria da Educação,

O SARESP tem como finalidade produzir informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2013).

Conforme o site do IDESP,

O IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) é um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar (IDESP, 2013).

De acordo com SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e ALESP (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), o município de Assis apresenta resultados significativos na Educação. A média estadual foi 48, no ano de 2010, e Assis apresentou média 61, ou seja, está bem acima da média estadual. (In: Jornal de Assis, 12/03/2013).

Pelo exposto, esta é a realidade assisense. No terceiro capítulo, apresentaremos a pesquisa entre esses jovens em diferentes escolas. Por meio dela, poderemos refletir se, realmente, Assis possui um índice de leitura superior, conforme os dados apresentados.

A PREVISÃO DE UM LEITOR JOVEM NO BRASIL

CAPÍTULO II

2. A história da Literatura no Brasil

2.1 Séculos XVIII e XIX

A leitura passou a interagir no meio social a partir da Revolução Industrial, época em que trabalhadores cansados reivindicavam por melhores condições de saúde, salário e bem-estar, a produção aumenta, há substituição da mão-de-obra humana por máquinas tecnológicas, segundo Lajolo e Zilberman (1988, p. 15-16). O interesse da burguesia, para as estudiosas, é de se destacar, para tanto, ela investe no desenvolvimento intelectual da população e fornece apoio à família. O objetivo é aumentar o número de filhos, ou seja, aumentar a mão-de-obra, por meio da alfabetização das crianças para que estas se habituem ao campo de trabalho, contribuindo de forma positiva para a sociedade. Para o burguês, a escola não passa de um investimento a longo prazo (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p.16-18).

A escola deixa de ser facultativa, porém a educação não é a principal preocupação. Com a escolarização obrigatória, surge o mercado de circulação de obras. O tema encontrado de forma preponderante nos livros para jovens é a utopia, esta faz com que o leitor encontre o que deseja e lute para que esse mundo idealizado talvez um dia venha à tona (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 17).

Vale destacar que, na história do mercado editorial, nem sempre o público-leitor foi considerado. No Brasil, o processo de configuração de um mercado editorial segmentado a públicos particulares tem início em meados de XIX, conforme Silvia Helena Simões Borelli (1996, p.89). Entre 1830 e 1850, as editoras Paula Brito, do editor de mesmo nome, e Garnier, de Baptiste Louis Garnier, editam romances folhetinescos, destinados ao público feminino. Esse público se constitui, por meio da alfabetização de algumas mulheres e de seu acesso à educação formal, com a fundação, em 1816, da primeira escola para moças, na cidade do Rio de Janeiro. A partir da década de 1860, são intensificadas as publicações dos folhetins sob a forma de livro de José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Luís Guimarães Junior e Machado de Assis. Para Hallewell (1985), Paula Brito, como proprietário de uma das tipografias mais importantes da época, ao publicar como empreendimento de risco a produção literária nacional, deu início à profissionalização do escritor brasileiro.

Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1988, p.21), as inúmeras transformações, pelas quais passam o Brasil, no final do século XIX, como a transformação de uma sociedade rural em urbana e a ascensão neste espaço citadino de uma classe média ansiosa por mais liberdade política, dinheiro mais acessível, oportunidades de negócios e acesso à educação, formam a imagem de um país em processo de modernização. Essas mudanças permitem que a escola passe a exercer um papel significativo. A ela, as sociedades modernas confiam a iniciação da infância, tanto em seus valores ideológicos, quanto nas habilidades técnicas e nos conhecimentos necessários inclusive à produção de bens culturais. Atendendo às solicitações indiretamente formuladas pelo grupo social emergente, aparecem os primeiros livros destinados às crianças. Assim, configura-se um novo mercado que requer dos escritores uma prontidão para atendê-lo. Entretanto, a produção que advém desse processo, devido a um modelo cívico-pedagógico, mantém um conservadorismo e um ranço dos padrões europeus nos quais se inspira. Também, pela ausência de tradição nessa produção, o início da literatura infantil brasileira fica marcado pelo emprego de temas conservadores, pela adaptação e tradução de textos europeus, pela reciclagem de material escolar, uma vez que os leitores eram alunos que ainda estavam se familiarizando com o livro didático, e pelo aproveitamento de histórias advindas da tradição popular, já conhecidas dos leitores, pois ouvidas anteriormente por eles em histórias contadas por suas mães, amas-de-leite, escravas e ex-escravas.

A produção literária surge como tarefa patriótica, uma vez que, após campanhas pela instrução e alfabetização, com a conseqüente valorização da leitura e da formação do leitor, conclui-se que não há material de leitura e livros para a infância brasileira. Desse modo, intelectuais, jornalistas e professores começam a produzir livros infantis que têm como alvo o corpo discente das escolas.

Com o uso dos livros no universo escolar, cria-se novo segmento de mercado destinado às crianças e aos jovens, o livro didático. De acordo com Francisca Maciel (2008, p.9), toda produção destinada ao espaço escolar passa pelo crivo do Conselho da Instrução Pública, órgão responsável pela análise dos livros e materiais didáticos nas províncias-Estados. Aos membros deste Conselho cabe indicar os livros que serão adquiridos e distribuídos para os alunos pobres das escolas públicas brasileiras.

A Revolução Industrial trouxe como consequência a urbanização que, por sua vez, facultou a existência de uma classe de pessoas com variados gostos de leitura. Para atender esse novo público, o mercado disponibilizou diferentes tipos de publicações, como: revistas femininas, romances ligeiros, material escolar, livros para crianças, entre outros (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 24-25). Contudo, até os anos 1800, a dificuldade do acesso aos livros era notável, já que eram raros até mesmo nos centros urbanos. Conforme Lajolo e Zilberman “[...] Até a chegada de D. João VI, em 1808, o suporte editorial necessário para o assentamento de um sistema literário era, mais do que precário, inexistente. Decorre muito tempo, até que tipografias, editoras, bibliotecas e livrarias tornem o livro um objeto não tão raro, ao menos nos centros urbanos” (1988, p. 26).

Nessa época, a maioria dos livros vinha de Portugal. Então, a livraria Quaresma, de Joaquim Caetano Villa Nova e de Pedro da Silva Quaresma, destaca-se por perceber que os livros infantis precisam adequar-se ao seu público (BORELLI, 1996, p.90-1). Assim, contrata o jornalista Figueiredo Pimentel para escrever livros infantis brasileiros. Entre eles, obtém relevo *Contos da carochinha*, de 1894, a que se sucede a série: *Histórias da avozinha*, *Histórias da baratinha*, *Os meus brinquedos*, *Teatrinho infantil* e *Álbum das crianças*. Pimentel também se encarrega das traduções e adaptações dos clássicos de Grimm, Perrault e Andersen. A série de Pimentel, após o falecimento de Quaresma, é reeditada, em 1967, pela editora de livros de bolso Edições de Ouro (HALLEWELL, 1985, p.201). Anteriormente a Pimentel, Júlia Lopes de Almeida publica *Contos infantis*, em 1886, entretanto o faz em Lisboa, Portugal, e não no Brasil (BORELLI, 1996, p.91).

No final do século XIX e início do XX, a produção editorial debatia-se com problemas relacionados à dificuldade de obtenção de: informações técnicas relativas à impressão; à mão-de-obra, por causa dos baixos salários; regularidade no fornecimento de tinta e papel. Além desses fatores, os impostos de importação destes materiais eram elevados. Somente no final do século XIX, começou a funcionar a primeira fábrica de papel de São Paulo, pertencente à Companhia Melhoramentos, que, em 1921, começou a se especializar em produção de papel para impressão, utilizando madeira brasileira.

A Weizflog, atualmente Melhoramentos, lança, em 1915, a coleção *Biblioteca infantil*, com seu primeiro livro, *O patinho feio*. Essa coleção permanece ativa até 1958 e edita 100 títulos, entre os mais significativos no contexto da literatura infantil (BORELLI, 1996, p.91).

Até 1917, a produção editorial depara-se com a dificuldade de distribuição. Nessa época, Lobato incrementou o ramo editorial, aumentando, com a *Revista do Brasil*, o número de vendas de livros no país, por meio de estratégias inusitadas (ZAPPONE, 2006, p.248).

Em 1918, término da Primeira Guerra, ocorrem mudanças na cultura e na arte, graças ao aperfeiçoamento dos produtos intelectuais: rádio, cinema, tecnologia nas comunicações, investimentos na área editorial. Entretanto, as contradições que perpassam o regime estão presentes também na cultura. A literatura infantil permanece atrelada aos interesses do Estado e às instituições que o servem. Somente após o sucesso de Tales de Andrade e Lobato, as editoras começam a prestigiar o gênero, motivando seu aumento ao longo dos anos 1920 e 1930 e favorecendo, assim, a adesão progressiva de alguns escritores da geração modernista. Esse prestígio advém da constatação de que a literatura infantil é um negócio rentável, pois confere ganho de capital.

2.2 Anos 1920

No século XIX, fase do Simbolismo e Naturalismo, a leitura de autores brasileiros como Machado de Assis e Olavo Bilac era privilégio somente dos assinantes de jornais (originados como folhetins, na França), considerado principal fonte de cultura.

O objetivo da educação e da leitura não era diferente de países como Itália e França, como demonstra Lajolo e Zilbermam “[...] Tanto a história francesa quanto a italiana têm crianças como personagens centrais, as quais, através de variadas situações e aventuras, vão desenvolvendo amor à pátria, sentimento de família, noções de obediência, prática das virtudes civis. São crianças modelares, cuja presença nos livros parece cumprir a função de contagiar de iguais virtudes e sentimentos seus jovens leitores” (1988, p. 33).

A maior parte dos livros eram estrangeiros vindos da Europa, para que chegassem ao Brasil passavam por duas etapas de tradução. A primeira era a adaptação do livro Europeu para a língua portuguesa de Portugal e, na segunda etapa, o livro era adaptado de Portugal para o português do Brasil. Essas traduções eram feitas por Carlos Jensen e Figueiredo Pimentel (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 30-32). O problema das traduções era a sua compreensão, as crianças eram as grandes vítimas das expressões mal traduzidas, justamente o público que o Brasil mais queria investir, já que os pequenos seriam os futuros lutadores da pátria. O lado positivo dessa dificuldade é que a língua nacional passou a ser valorizada.

Os livros nacionais eram vistos como meio de construção do cidadão, passam ser fonte de extremo patriotismo, de cartilha da nacionalidade. Para tanto, o livro funde família, pátria e escola, conhecidos como o tripé da boa educação (1988, p.33)

Na Semana de Arte Moderna (1922), evento que modernizou as artes com grande influência de outros países, o mercado livreiro começou a fluir. Em geral, os artistas e intelectuais de 1922 queriam arejar o quadro mental da nossa "intelligentsia", queriam pôr fim ao ranço beletrista, à postura verborrágica e à mania de falar difícil e não dizer nada. Enfim, queriam eliminar o mofo passadista da vida intelectual brasileira (ALMANAQUE FOLHA, 2013).

O surgimento de novas classes como: média, burguesia vinculada à indústria, proletariado urbano, serventes, domésticos, faz com que o governo se preocupe com o analfabetismo (LAJOLO, ZILBERMAN, 1988, p.50).

Durante a República, o Brasil experimentava novas mudança e transformações. O país começa a abandonar suas características essencialmente rurais para, então, experimentar o crescimento dos centros urbanos. No entanto, esse era só o começo, a grande maioria da população continuava sem instrução e o debate cultural e artístico ainda ficava recluso entre as elites econômicas (ESCOLA KIDS, 2013).

Zilberman e Lajolo mostram que na literatura, intensifica-se “[...] o regionalismo, almejando a modernização do Brasil. Há aproximação da leitura colonial. O tema dominante ainda é o nacionalismo. As obras passam a ser mais autênticas, com influência do folclore, indígena e africana (da verdadeira raça brasileira)” (1988, p.52). Para as autoras, no final dos anos 1920, surgem as escolas de samba, as quais atingem maior êxito em mostrar o Brasil de verdade.

Com a modernização veio o êxodo rural e quem ficou no campo passou a ser taxado como “sem cultura”. A zona rural ficou representada como um espaço selvagem, agreste, tendencioso a conflitos. Lajolo e Zilberman destacam que O Sítio do Pica Pau Amarelo representa uma utopia de Brasil, nele havia tudo que nosso país carecia. Por exemplo, Dona Benta está sempre atenta ao que se passa no mundo, mesmo morando a quilômetros de distância da cidade (1988, p. 55).

Em síntese, na década de 1920, segundo Lajolo e Zilberman (1988, p.46), as obras de Lobato figuram praticamente sozinhas no cenário nacional. Ele publica sua obra de estreia, em 1920,

sob a forma de uma edição isolada, *A menina do Narizinho Arrebitado*¹, pela Monteiro Lobato & Companhia. No ano seguinte, lança *Narizinho Arrebitado* e inaugura, conforme Laura Sandroni (1987, p.47), o que se convencionou chamar de fase literária da produção brasileira destinada às crianças. Desse livro, 500 exemplares são doados às escolas primárias como estratégia inédita de divulgação. O sucesso da obra assegura a Lobato uma venda de 30.000 exemplares para o governo do estado de São Paulo que a distribui nas escolas não contempladas pela doação inicial do autor. Em suas obras infantis, Lobato antecipa do Modernismo uma linguagem original e criativa, na qual sobressai a busca pelo coloquial brasileiro. Ainda em 1921, publica a obra *O Saci*, resultante de material recolhido em uma pesquisa que realizou a respeito do saci-pererê, por meio da edição vespertina de *O Estado de S. Paulo*, em 1917 (CAMARGO, 2008, p.87-88).

Visionário e inovador, Lobato investe progressivamente na literatura para crianças. Enquanto autor e empresário funda a editora Monteiro Lobato e Cia. que entra em colapso em 1924. No ano seguinte, com Octalles Marcondes Ferreira, integra a Companhia Editora Nacional que concentra parte significativa de sua produção nos didáticos e infantis, sem, contudo, deixar de publicar outras literaturas. Em 1933, de acordo com Hallewell (1985, p.277), 75,2% dos livros da Nacional destinam-se ao público infantojuvenil, na categoria educacionais para crianças. Nessa década, além da Companhia Editora Nacional, outras grandes editoras independentes, Globo, José Olympio, Irmãos Pongetti, Francisco Alves e Melhoramentos, destinam em média 22% do conjunto de sua produção à publicação de didáticos, conforme Heloísa Pontes (1989 apud BORELLI, 1996, p.92).

2.3 Anos 1930

Na década de 1930, com a remodelação da história original de Narizinho, que passa a se chamar *Reinações de Narizinho* (1931), dá-se início ao período fértil da ficção brasileira. Entretanto, em sua maioria, as demais produções literárias voltadas para o jovem leitor estão em perfeita consonância com a nova política educativa e a crescente expansão da rede escolar. Dessa forma, predomina nas obras o imediatismo das informações úteis e da formação cívica.

¹ Essa obra, conforme Denise Maria de Paiva Bertolucci (2008, p.192), foi incorporada, em 1931, a *Reinações de Narizinho* como sendo seu primeiro capítulo.

No quadro da literatura infantil nacional, Monteiro Lobato rompe o círculo de dependência aos padrões literários provindos da Europa, principalmente quanto ao aproveitamento da tradição folclórica. No cenário rural do *Sítio do Picapau Amarelo*, ele constrói uma realidade ficcional coincidente com a do leitor de seu tempo e cria uma mitologia autônoma que se repete em quase todas as narrativas. O sítio é um microcosmo a partir do qual se desenvolvem os outros contextos ambientais de seus livros, num crescente avanço rumo aos espaços fantásticos. Esse espaço, embora idealizado, é emancipatório, pois dirigido por uma personagem adulta, culta, inteligente e bem-intencionada que, aberta ao diálogo com jovens e adultos, produz no leitor o desejo de que ele exista.

Ao se considerar o contexto histórico e social no qual Lobato escreveu parte significativa de suas obras, em plena ditadura de Getúlio Vargas, com a ascensão do fascismo e do nazismo, a presença da guerra na Europa completamente devastada, pode-se compreender o alcance desse papel democrático e inovador que Dona Benta, enquanto personagem, desempenha. Ela representa uma dirigente diversa dos governantes historicamente situados na época, por isso, como proprietária do sítio, ela é capaz de acolher a todos os visitantes sem lhes impor obediência ou submissão a seu discurso.

A escola passou a ser obrigatória, sendo bem vista pela classe média, que a julgava como meio de ascensão social. Na literatura, predominou o pensamento científico, a atitude reflexiva, o folclore, a influências de obras europeias e ocidentais. Houve mudança de espaço, denunciando as desigualdades que ocorriam entre campo e cidade, a fixação de personagens de um livro para o outro (os famosos seriados) e por fim a adaptação e os clássicos (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 68-76).

De acordo com Francisca Maciel (2008, p.9), toda produção destinada ao espaço escolar passa pelo crivo do Conselho da Instrução Pública, órgão responsável pela análise dos livros e materiais didáticos nas províncias-Estados. Aos membros deste Conselho cabe indicar os livros que serão adquiridos e distribuídos para os alunos pobres das escolas públicas brasileiras (apud FERREIRA, 2009, p.90).

2.4 Anos 1940

Em 1940, década em que houve grande exploração do território nacional, nas obras literárias, mostrou-se um país mais selvagem e aventureiro, as situações e os lugares onde se

encontravam os personagens eram os mais variados, como ocupações de áreas intocadas, projetos para a Amazônia, Construção de estradas, exploração da agricultura e pecuária no Centro-Oeste. Entretanto, figuras que pertenciam à cultura brasileira eram taxadas como os “inimigos” e os colonizadores como “heróis”, símbolos de generosidade e humanitarismo. Os índios, por exemplo, eram relacionados com traição, sangue, sequestro e deslealdade. Só havia possibilidade de tolerá-los caso ajudassem os colonizadores, convertessem ao catolicismo e adquirissem atestado de civilidade (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 108-110).

Em 1942, o Brasil ingressa na Segunda Guerra Mundial, as relações com os Estados Unidos estreitam-se. O capitalismo norte-americano invade nosso mercado com produtos industrializados, como eletrodomésticos e automóveis, e bens culturais, que circulam por meio dos novos veículos de comunicação de massa. A influência anglo-saxônica que remonta ao século XIX continua a aparecer, mas somente nas traduções literárias, tanto nas mais intelectualizadas, das obras de Aldous Huxley, Charles Morgan e Virginia Woolf, quanto nas mais massificadas, das histórias de detetive.

A fusão do maravilhoso e da ciência consegue manter-se e difundir-se, nos anos 1940, entre o público em geral, por meio da literatura em quadrinhos importada dos Estados Unidos, graças ao poder dos meios de comunicação de massa e das coleções compostas de grandes novelas de aventura da literatura europeia ou norte-americana e de traduções dos romances franceses para o público feminino.

No quadro cultural brasileiro até 1940, conforme Renato Ortiz (2001, p.28), o elevado índice de analfabetismo (1890: 84%; 1920: 75%; 1940: 57%) impede que haja uma cultura de mercado. Até a década de 1930, a produção e o comércio de livros no Brasil eram praticamente inexistentes em termos de mercado. Assim, o escritor exercia funções no magistério e nos cargos públicos, uma vez que a literatura não lhe facultava subsídios para a sobrevivência. Advém disso, a impossibilidade de autonomização, por isso o desenvolvimento da literatura encontrava-se ligado à burocracia do estado. Nesse panorama, um meio de comunicação de massa, como o jornal, era a forma de comunicação efetiva entre o intelectual e seu público. Paradoxalmente, um órgão voltado para a produção de massa transforma-se, segundo Ortiz (2001, p.29), em instância de consagração da legitimidade da obra literária. Justifica-se, então, que a literatura infantil e a juvenil se vinculassem à demanda escolar. Se

não havia propriamente um mercado para essa produção, existia, contudo, um escoamento seguro: a escola.

Na década de 1940, com a consolidação da sociedade urbano-industrial, tem início uma “sociedade de massa” que marca uma mudança na orientação dos modelos estrangeiros que imperam no Brasil. Dessa forma, os padrões europeus cedem lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa (ORTIZ, 2001, p.71).

Nessa década, a literatura infantil e a juvenil estão marcadas por uma etapa de produção intensa e de fabricação em série. O escritor é reduzido à situação de operário, fabricando disciplinadamente o objeto segundo as exigências do mercado consumidor em expansão. Essas exigências são ditadas pela família, pela escola, pelo Estado, enfim, pelo adulto.

Em 1945, no fim da 2ª Guerra Mundial, era possível notar o efeito que o evento causou na nova geração de poetas e ficcionistas, autores mais calados, que iam contra os avanços do Modernismo. A linguagem voltou ao século XIX, mais solene e culta, acompanhada de formas líricas e sonetos, o espaço deixou de ser considerado e o mundo íntimo do protagonista exaltado, era a época da cultura erudita (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 88-90).

2.5 Anos 1950

Nos anos 1950, com o crescimento industrial e a urbanização, o escritor é visto como operário, o mercado exige e ele produz em série. O grande aumento populacional das áreas urbanas traz pobreza, esta não deixou de ser retratada nos livros de escritores brasileiros. Porém, não era considerado um desequilíbrio social e sim uma condição natural. É na agitação das grandes fábricas e das multidões que os heróis moravam, mas as aventuras por eles vividas eram em áreas rurais, denominadas “Paraíso perdido” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 119).

Na literatura são encontrados textos com postura doutrinária, há ausência do folclore, biografia (não com o indivíduo, mas com os grupos sociais e fatos da história nacional), culto à autoridade, ao passado, as obras passam a ser repetitivas e cai o reconhecimento artístico (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 91-93).

Segundo Eliane Ferreira, “[...] o mercado livreiro nacional, preocupado apenas com a circulação do maior número de obras, segue o paradigma dominante até o final dos anos 1950. Logo, há um desestímulo à produção de obras com qualidade [...]”. (2009, p. 97).

Segundo Nelly Novaes Coelho, “a crise da leitura”, não só no âmbito da criança, mas também no do jovem e do adulto. Os meios de comunicação de massa expandem-se gradualmente e ampliam-se, dando início à Era da Televisão. O Brasil torna-se o quarto país do mundo a adotar esse novo meio de comunicação. A televisão passa a apresentar espetáculos de teatro educacional (1991 apud FERREIRA, 2009, p.98).

Na fase da Era Vargas e de Juscelino Kubtschek, economia, indústria brasileira, investimentos estrangeiros são os objetivos do novo tipo de homem, que fica entre o profissional não-especificado e o herói popular, mas no fim dessa mesma época a pobreza, os problemas nacionais e a política tomam conta do espaço literário novamente (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 89-90).

Para Lajolo e Zilberman a vida urbana cansa o herói e este começa a procurar sítios, fazendas e o próprio sertão para viver suas aventuras. Conforme Ivan E. de Almeida, “[...] o que temos que fazer é comprar uma fazenda. A gente vive nesta labuta diária, no meio deste movimento de veículos, desta aglomeração de gente e se esquece das maravilhas da natureza.” (apud LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p.99).

A vontade do meio rural começa a cair a partir do momento que passa por crises, o homem do campo e suas expressões é desprezado e as cidades voltam a ser lugar das melhores classes, dos frequentadores de escolas, do luxo e da modernidade. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 101-104).

Em síntese, embora os autores de 1940 e 1950 procurem seguir os passos de Lobato, eles diferem no tratamento do comportamento dos protagonistas, o que resulta em perda da irreverência e da ousadia. Esses protagonistas aparecem mais domésticos, fragilizados, dependentes, preocupados em demonstrar sua correção perante os adultos e sendo seguidos de perto por um narrador adulto. Essa dependência e fragilidade estão representadas na metamorfose da criança em animal, como o cachorrinho Samba, a borboleta Atíria, o pássaro Xisto etc. Os animais simbolizam a criança frágil e desprotegida, reforçando a imagem da incompetência da criança para cuidar de si mesma e justificando, assim, a intervenção do adulto.

O humor praticamente desaparece, pois é incompatível com a postura pedagógica. As personagens passam por várias aventuras, geralmente com sentimentos de culpa. Estes sentimentos parecem afetar mais as personagens pobres e indígenas, representantes de segmentos considerados inferiores ou marginalizados na sociedade burguesa civilizada. Logo, há a projeção de uma imagem idealizada do jovem, pautada pelas expectativas do adulto. O jovem é reduzido à condição pueril e à indigência afetiva e intelectual, o que reforça a dependência aos mais velhos. A literatura infantil e juvenil é seguidamente policiada pela ética adulta, o que tem como consequência uma minoria de produção de obras renovadoras nesse período.

O mercado livreiro nacional, preocupado apenas com a circulação do maior número de obras, segue o paradigma dominante até o final dos anos 1950. Logo, há um desestímulo à produção de obras com qualidade.

2.6 Anos 1960

O golpe militar de 1964, com o advento do Estado militar, adquire um duplo significado. Uma dimensão política que produz repressão, censura, prisões e exílios, outra econômica que aprofunda medidas na economia, reorganiza-a, inserindo-a no processo de internacionalização do capital. Desse modo, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, há um fortalecimento do parque industrial de produção de cultura e do mercado de bens culturais (FERREIRA, 2009, p.101). Nesse cenário, multiplicaram-se instituições e programas voltados para o fomento da leitura e a discussão da literatura, como:

1966-Fundação do Livro Escolar.

1966- Constituição Federal.

1967- Passeatas estudantis contra o governo.

1968-Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

1968-Associações de Professores de Língua e Literatura.

Surgiu um modelo de Ensino mais burocrático, profissionalizante, mas de baixa qualidade para que o país tivesse um status universitário. Consolidou-se, então, a infra-estrutura

necessária para a modernização de modelos de produção e circulação literária, que a partir desse momento, atingem maior eficácia (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 124)

Para Ortiz, nesse período, o Estado reconhece a importância dos meios de comunicação de massa, pois difundem ideias e possibilitam a criação de estados emocionais coletivos. O estudioso afirma que a cultura envolve uma relação de poder que pode ser maléfica quando nas mãos de dissidentes, pois gera inconformismo, mas benéfica quando circunscrita ao poder autoritário. Esse benefício advém do fato de que ela permite o aprimoramento da Expressão Política. Justifica-se, então, o desejo de atuação junto às esferas culturais, representado na criação de novas instituições como: o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Nacional do Cinema, a EMBRAFILME, a FUNARTE, o Pró-Memória etc.” (apud FERREIRA, 2009, p. 101).

A década de 1960, de modo geral, inicia-se com uma euforia desenvolvimentista. Brasília é inaugurada, Juscelino decreta, em 1958, a redução e a isenção de taxas para a importação do papel e para a renovação do parque gráfico. Essas são as primeiras providências que favorecem a produção nacional de livros e que acarretam, a médio e a longo prazo, a modernização da indústria e do comércio livreiros. O aspecto do livro se renova e alguns editores, retomando a tradição lobatiana, investem em propaganda e inovam na distribuição, incluindo farmácias e bancas de revista entre os pontos de venda.

O setor editorial apresenta-se relativamente forte e desenvolvido, pois há um público ávido por consumir livros. Entretanto, constata-se que há baixos índices de leitura entre as crianças, os jovens e os adolescentes. Esta constatação preocupa as autoridades educacionais, os professores e os editores. O Estado mobiliza-se, apoiando e agilizando investimentos na produção e edição de obras infantis e, posteriormente, juvenis. A iniciativa privada investe grandes capitais em literatura para o jovem leitor, inovando sua veiculação e aumentando o número e o ritmo de lançamentos de títulos novos. Nos títulos dirigidos à escola, são inclusas instruções e sugestões didáticas como fichas de leitura, questionários e roteiros de compreensão de texto. Tornam-se comuns visitas de autores às escolas, em que discutem suas obras com os alunos. Como consequência, há o desenvolvimento de um comércio especializado, surgindo, nos grandes centros, livrarias voltadas para o público infantil e juvenil. Esse comércio atrai um grande número de escritores, artistas gráficos e autores consagrados como Mário Quintana, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector.

A necessidade de manter um público fiel leva à publicação em massa de livros mais modernos e com produção regular, voltados para crianças e para jovens. Isto implica o reforço da produção em série e em alta escala sem qualidade. Essa produção tem seu consumo assegurado graças à obrigatoriedade da leitura e à agressividade das editoras.

2.7 Anos 1970

No final da década de 1960 e início da de 1970, a tendência contestadora própria da tradição lobatiana é resgatada na produção literária infantil e juvenil. A ficção envereda pela temática urbana e focaliza o Brasil da época com seus impasses, e crises. As críticas à sociedade brasileira e às injustiças sociais são incorporadas gradativamente pela literatura infantil, e juvenil, em obras de autores, como Odette de Barros Mott, Carlos de Marigny, Eliane Ganem, Sérgio Caparelli, Henry Correia de Araújo e Wander Piroli, entre outros. Lygia Bojunga Nunes, na esteira da crítica social, publica nessa década, mais especificamente em 1978, a obra *A casa da madrinha* pela editora Agir.

As obras nacionais obtiveram grande destaque na literatura, como a criação de crônicas, contos, da poesia “marginal”. O que para Fernando Rebouças (INFO ESCOLA, 2013) “[...] foi uma prática poética marcada pelo artesanal, por poetas que queriam se expressar livremente em época de ditadura, buscando caminhos alternativos para distribuir poesia e revelar novas vozes poéticas [...]”. O responsável pelas críticas humorísticas político-sociais foi Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), que inspira até hoje os cronistas brasileiros.

Segundo Zilberman e Lajolo, “[...] Com a Lei 5.692, de 1970, o ensino dividiu-se em fundamental, obrigatório com duração de oito anos, e médio, em três anos”. Com a ampliação da escolarização obrigatória, houve um aumento de alunos na escola, por consequência, ampliaram-se as necessidades de material didático. Nessa década, a disciplina relativa ao estudo da língua e da literatura, deixa de ser denominada Português, como na década de 1930, e Língua Nacional ou Língua Portuguesa, como em 1940, 1950 e 1960, e passa a ser intitulada somente como Língua Portuguesa.

Em 1979, foi criada a Academia de Literatura Infantil e Juvenil em São Paulo. O Instituto Nacional do Livro (1937) investe em textos voltados para a população escolar, cujo baixo índice de leitura, preocupa autoridades educacionais, professores e editores.

O *non sense* e o surrealismo são diluídos em crônicas, músicas que possuem letras retiradas de poemas, há elasticidade sonora e semântica nesses textos que também fazem uso da metalinguagem, bem como figurativizam representações sociais e a violência como temas. O espaço focado na produção literária é o do cotidiano e os personagens configuram-se como sendo da classe média. A educação é mais libertadora do que o tradicional, as histórias são fundadas do imaginário, no realismo, mas a circulação dos livros ainda depende da escola. Cria-se a “Série Vaga-Lume”, da editora Ática, esta que até os dias atuais vem auxiliando na alfabetização de jovens brasileiros (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p.160-162).

Cresce o prestígio do autor nacional e os títulos brasileiros vão se impondo. Entre 1975 e 1978, por exemplo, de um total de 1.890 títulos, 50,4% constituem traduções (953 títulos) e 46,6% são textos nacionais (Dados da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil). Autores como: Vinicius de Moraes, Cecília Meireles, Mário Quintana e Clarice Lispector ganham espaço nas estantes dos leitores. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p.124).

A população já começa a mudar sua cultura, surgindo então, “[...] obras tratando de temas tabus, como separação conjugal, extermínio dos índios, amadurecimento sexual, repressão social, emancipação da mulher-mãe, relações entre infância e velhice, degradação da natureza, desestruturação familiar, preconceito racial e marginalização dos idosos” (FERREIRA, 2009, p. 102).

Retornando às décadas de 1960 e 1970, pode-se perceber que estas se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais (ORTIZ, 2001, p.113). Em 1960, a televisão se concretiza como veículo de massa; em 1970, o cinema nacional se estrutura como indústria, assim como a indústria do disco, a editorial e a de publicidade. O golpe militar de 1964, com o advento do Estado militar, adquire um duplo significado. Uma dimensão política que produz repressão, censura, prisões e exílios, outra econômica que aprofunda medidas na economia, reorganiza-a, inserindo-a no processo de internacionalização do capital. Desse modo, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, há um fortalecimento do parque industrial de produção de cultura e do mercado de bens culturais.

2.8 Anos 1980

Durante as décadas de 1970 e 1980, duas tendências destacam-se na produção literária. A primeira consiste na exploração do fantástico, que surge revigorado com requintes de surrealismo e magia em narrativas intimistas. Essas narrativas tematizam de modo simbólico o mundo interior do jovem leitor, procurando expressar suas necessidades e apresentar soluções a seu alcance. As narrativas de Marina Colasanti são representantes dessa primeira tendência. A literatura popular é resgatada e atualizada com Haroldo Bruno, e as lendas da mitologia indígena, com Antonieta Dias de Moraes. A reelaboração de contos folclóricos ou a criação original inspirada na tradição oral e em alusões, e citações de elementos cômico-satíricos colhidos do folclore, surge em obras de autores como Joel Rufino dos Santos, Mirna Pinsky, Maria Clara Machado e Ana Maria Machado, entre outros. Ana Maria renova a narrativa com recursos de repetição das trovas populares e apresenta o autoritarismo como despótico, segue a mesma temática Ruth Rocha. A segunda tendência aparece na inovação lúdica e paródica das fábulas, e dos gêneros da literatura de massa, destinados ao entretenimento fácil e descartável. Essa ruptura está representada em obras inovadoras de autores, como Ayala, Tatiana Belinky e Sônia Junqueira, entre outros.

A cultura, nos anos 1980, embora receba o apoio de veículos de massa e de fundações de grandes empresas internacionais como a Hoescht, e sua Ciranda de Livros, torna-se bem de consumo, a ser propagado, para a sobrevivência da indústria e dos produtores culturais. Criam-se necessidades artificiais para garantir o consumo. Como consequência, algumas produções perdem o sentido crítico.

A indústria editorial se consolida, na década de 1980, com: o advento de uma nova tecnologia que barateia a produção, a expansão mercadológica do livro e as facilidades de capital de giro oferecidas pela inflação. Conforme Mirian Hisae Yaegashi Zappone (2006, p.249), “[...] o país atinge seu momento de maturidade econômico-social e, embora com grandes distorções, adere ao modelo capitalista burguês.” Para a autora, o Brasil entra em sintonia com as políticas de internacionalização econômica e solidifica seu mercado editorial que passa a voltar-se, sobretudo, para os lucros provenientes da venda de *best-sellers*. Assim, desloca-se o lugar da literatura, dando espaço para as produções menos valorizadas no âmbito acadêmico, transformando o livro em mercadoria e as editoras em grandes empresas.

Há um aumento nos números de lançamentos e na concorrência com o aumento de casas editoras cada vez mais especializadas. Mantêm-se os incentivos oficiais para a compra de papel, distribui-se livros em massa às escolas e se estabelecem contatos entre autores e estudantes. Elevam-se as publicações de biografias, indicações de viagens, obras de autoajuda, assim como as de obras clássicas literárias de autores brasileiros em edições escolares e/ou de autores já consagrados, consideradas de retorno seguro. A produção de livros infantis e juvenis cresce rapidamente, e consolida-se, em termos de quantidade e qualidade de propostas na ficção, na poesia e em livros de imagem. Desse modo, pode-se observar que, na década de 1980, há segmentação e especialização do mercado editorial.

Nota-se que, através de discussões em congressos, obras estrangeiras e clássicas necessitam de maior atenção dos profissionais durante a tradução. Obras de autores renomeados são traduzidas, há também a adaptação de clássicos para melhor incentivo, mas não deixa de ser conscientizada a importância das versões originais. Mesmo multiplicando as séries ou coleções, graças à demanda por novidades que conduz a uma produção excessiva sobre o mesmo, preocupada em agradar mesmo à custa da perda da originalidade, por outro lado, melhora-se a produção gráfica com o trabalho de excelentes ilustradores e programadores visuais (FERREIRA, 2009, p. 112).

Fim de 1980 e começo de 1990, o tema das obras circula ao redor da realidade do leitor juvenil como crimes, estupro, escândalos financeiros, sexualidade, tortura, corrupção (MUNDO VESTIBULAR, 2013).

2.9 Anos 1990 e 2000

Conforme Ezequiel Theodoro da Silva (2009, p.150), a década de 1990 e o ano de 2000, estão marcados pela desilusão no que concerne à educação e à leitura. Esse sentimento advém da constatação de que a redemocratização do país, com o término da ditadura militar, as eleições democráticas de presidentes e a globalização não asseguraram conhecimento e cidadania, termos muito utilizados, então, pelas políticas educacionais brasileiras (2009, p.147). Sem cair em culpas e vitimizações, Silva afirma que caminhamos pouco em direção a uma sociedade democrática na qual circulam diferentes tipos de materiais escritos, inclusive virtuais, entre as classes sociais. No centro dessa desilusão estão os fatores da crise estrutural, como desemprego, aumento da miséria e da criminalidade, reprodução de injustiças, corrupção,

impunidades etc., e ausência de compromisso com soluções para a problemática escolar da esfera pública. A ideologia neoliberal, “[...] comprometida com o capitalismo internacional, com a instalação de mercados em todas as áreas sociais [...]” (2009, p.150), gera distâncias cada vez maiores entre as elites e o restante da população.

Mesmo nesse cenário, pode-se notar melhoria na produção de livros da literatura juvenil na década de 1990. Esse processo teve início no final da década de 1980. Se, até 1985, esta não dispunha de grande diversidade de autores e de propostas, exceto a famosa “Série Vagalume”, da editora Ática, criada na década de 1970, a partir de 1985, há um aumento nessa produção. Desse modo, autores já consagrados de literatura infantil, como Luiz Galdino, Ana Maria Machado, Sylvia Orthof, Lygia B. Nunes, entre outros, são atraídos para essa produção. Surgem também novos autores e novas propostas.

Com a ação da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE –, e de suas Salas de Leitura, em 1988, por meio da compra direta dos editores, barateia-se a produção de obras que são levadas diretamente às escolas e às bibliotecas escolares. Dessa forma, o governo torna-se o principal cliente da indústria editorial e a rede escolar é abastecida de livros não apenas didáticos e paradidáticos, como também de literatura infantil e juvenil, determinando um novo panorama na produção e recepção nessa área.

Embora a forte presença do governo não tenha alterado o relacionamento unilateral vigente na década anterior, a antiga tecnoburocracia esbarra em funcionários com concepções próprias. Assim, no Programa Salas de Leitura, a seleção de títulos é qualitativa, contando com um sistema de consultores da sociedade civil e especialistas em literatura infantil. Essa medida incentiva a permanência no mercado de autores de boa qualidade e de ideologias progressistas. Algumas editoras abrem espaço para coordenadores editoriais, geralmente profissionais lúcidos que já atuam como educadores e/ou como especialistas junto à imprensa ou ao mercado editorial. Essa nova atitude das editoras resulta na produção, no início da década de 1980, de publicações sob a coordenação editorial de Ziraldo e Jaguar, com a “Coleção Pasquinzinho”, pela Editora Codecri; de Edmir Perrotti, com a “Coleção Ponto de Encontro”, das Edições Paulinas; de Ruth Rocha, com a “Coleção Peixinho”, da Cultrix; de Maria da Glória Bordini, com a “Coleção Infantil Ilustrada”, pela L&PM; de Regina Zilberman, com a “Série Menino Poeta”, pela Mercado Aberto, entre outras.

Em síntese, na década de 1990, o gosto pela leitura mudou, notam-se na produção literária romances ficcionais e memorialistas que trazem a história nacional, há confrontos entre razão e imaginação na área juvenil, e melhorou-se o projeto gráfico-editorial dos livros. A produção editorial se depara com a procura do público pela literatura de entretenimento, descartável e a preocupação com a ausência de obras de arte (MUNDO VESTIBULAR, 2013).

Com a publicação da série Harry Potter, precisamos nesse período, rever conforme Ceccantini, as concepções de que

[...] nossas crianças e jovens não leem livros longos, com letras miúdas e sem ilustrações; o jovem não suporta descrições detalhadas; o fantástico interessa somente aos pequeninos; o mercado de produção juvenil publica preferencialmente textos de temática realista; o público infantil e juvenil prefere obras de estrutura bem simples e linear; e os livros juvenis não são comprados de forma espontânea em livrarias, antes a partir das solicitações do espaço escola (apud FERREIRA, 2009, p.115).

Como se pode notar, as mudanças na produção destinada tanto à criança quanto ao jovem acompanham a história cultural do nosso país, por isto foram significativas do cenário histórico e político em que foram produzidas.

**AS REPRESENTAÇÕES DA LEITURA ENTRE
OS JOVENS ASSISENSES**

3. Reflexo da leitura no jovem assisense

A partir de localidades distintas foram selecionadas três escolas públicas do município de Assis como objeto de pesquisa. O intuito foi o de que as escolas fornecessem, através de seus alunos, dados necessários para que fosse avaliado o desempenho e o gosto pela leitura dos jovens assisenses.

O público-alvo da pesquisa foi constituído por jovens de aproximadamente 16, 17 e 18 anos que cursam o terceiro ano do Ensino Médio. Por ser o último ano escolar, é de se esperar que esses alunos tenham recebido, pelo menos, um livro do acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) durante algum ano dessa etapa de escolarização e tenham desenvolvido o gosto pela leitura. A partir disso, imaginava-se que os estudantes estavam preparados para a leitura dos clássicos da literatura e para os exames vestibulares.

Aplicamos três questionários em cada escola: um destinado ao aluno; um ao coordenador; e outro ao professor de Língua Portuguesa. O objetivo de todos era o mesmo: levantar possíveis problemas relacionados à formação do leitor e ao incentivo à leitura.

Aos alunos, das três escolas, aplicamos um questionário (vide anexo I) com as perguntas que visaram à obtenção de respostas para questões que circulam em debates sobre a educação:

- O professor ensina?
- Os pais apoiam seus filhos nos estudos, fornecendo material para leitura em casa?
- O aluno colabora com sua própria formação?
- O governo está ciente do que acontece nas escolas, no que concerne ao trabalho com a leitura?

Aos coordenadores, um questionário (vide anexo II) com as perguntas que visaram à obtenção de respostas para questões que rodeiam sobre a aplicação dos métodos de incentivo:

- A escola desenvolve atividades de leitura?
- Os coordenadores recebem informações sobre os Projetos que circulam na própria escola?
- Qual a reação dos alunos ao receber um livro?
- O programa proporciona algum resultado para professor e aluno?

Aos professores, aplicamos um questionário (vide anexo III) com as perguntas que responde questões que rodeiam sobre o trabalho realizado por ele em sala de aula e quais dificuldades encontra:

- Qual a relação do jovem com a leitura?
- Você recebe orientações para realizar o incentivo à leitura?
- Como o aluno se comporta diante do incentivo?
- Conhece os programas de leitura que o governo oferece para sua escola?
- Tem contato com livros de literatura juvenil?

A seguir, apresentaremos os dados levantados com a pesquisa de campo. Antes, porém, apresentaremos os cenários em que ela foi aplicada, constituído por três escolas: E. E. Profa. Leny Barros da Silva; E. E. Prof. Carlos Alberto de Oliveira; E. E. Prof. Ernani Rodrigues.

3.1 E. E. Profa. Leny Barros da Silva

A primeira instituição em que aplicamos pesquisa foi a Escola Estadual Profa. Leny Barros da Silva, situada na Rua Olímpio de Melo, nº 900, no bairro Parque das Acácias. A escola possui apenas um terceiro colegial com 40 alunos. A seguir, pode-se visualizar sua fachada:



Foto 1 – Fachada da Escola Estadual Profa. Leny Barros da Silva (In: site da própria escola)

Essa instituição apresenta o maior número de alunos por sala, se comparada com as outras escolas da pesquisa, e, mesmo assim, isto não a impediu de ter bons resultados. Logo, podemos concluir que o problema da leitura não se trata da quantidade de alunos, mas sim da qualidade do trabalho desenvolvido.

Nesse local, dos 40 alunos de terceiro colegial, entrevistamos 36, no dia 04 de fevereiro de 2013. Destes, 15 eram do sexo masculino e 21 do feminino. Suas idades variavam em: 38,8%, de 16 anos; 41,6%, de 17 anos; e 19,6% não responderam.

Desses entrevistados, quando indagados se gostavam de ler (vide questão 1 do questionário – Anexo 1), 77,7% afirmaram ter gosto pela leitura. Justificaram que isto se deve ao interesse

pelo aprendizado, pela tranquilidade que essa atividade transmite, pelo entretenimento. Alguns gostam da sensação de viver fora da realidade e de esquecer os problemas, por meio da ficção. Outros justificam o gosto por assumir que a leitura faz bem para a alma e a para o corpo, que ler nunca é demais.

Contudo, dos 36 entrevistados, 22,3% afirmaram que não gostam de ler. Embora seja a minoria, conhecer as razões que levam à recusa da leitura é primordial para esta pesquisa. Entre suas justificativas, apareceram: o fato por não terem o hábito da leitura; sentirem preguiça; não terem tempo; e sentirem sono quando leem. Algumas dessas justificativas chamam a atenção como: “Não gosto de ler, porque não sei o que escolher”, “Não vejo fundamento, mas acho importante”. A que mais nos intrigou foi: “Porque a maioria das leituras é por obrigação”.

Essas questões sinalizam que o trabalho escolar com a leitura nem sempre é cativante, pois ignora os interesses pessoais de cada leitor. Também, não se ocupa de guiar os jovens em suas escolhas, mesmo porque estas não são consideradas nas eleições de obras. A resposta paradoxal de que o sujeito não entende a finalidade da leitura, mas a considera importante, atende ao discurso clichê do ambiente escolar que afirma a validade da leitura, mas nem sempre justifica o porquê desse valor atribuído a esta atividade.

Na segunda questão, sobre a importância em ler, todos os alunos entrevistados assumiram que ler é importante, ou seja, sabem da sua importância, mas não procuram adquirir o hábito. Eles relacionam a importância da leitura ao conhecimento, ao vestibular, ao exercício do cérebro, à aquisição de vocabulário e melhoria na escrita, pelo conteúdo informativo e, principalmente, admitem que o uso da leitura transforma o modo de ver o mundo ou até mesmo a própria pessoa, ela passa a ser “diferente” ou “menos ignorante”; mais culta.

A respeito da mesma questão, porém no questionário do professor (vide anexo III), a professora de Língua Portuguesa e responsável pela Sala de Leitura, afirma: “A leitura é muito importante. Primeiro porque é uma necessidade básica para o ser humano, uma característica que o distingue dos demais animais; depois porque vivemos na sociedade da informação, na qual quem não lê paga preços altíssimos.”

Quanto à questão acerca de acharem que deveriam ler mais, notamos que 94,4% dos estudantes afirmam que leem pouco e só o fazem só quando precisam. Admitem que se lessem mais isto os “ajudaria” na escola e na vida. Algumas respostas merecem maior

atenção, tais como: “Não entendo os clássicos”; “Deveria ler livros educativos”; e “Preciso ler, pois vou entrar na faculdade”. Se eles entendem que deveriam ler mais livros educativos e não entendem os clássicos, logo notamos que, por não entenderem os clássicos, não conseguem identificar o conteúdo que eles veiculam, nem seu valor em termos de cultura ocidental, patrimônio cultural da humanidade.

O que preocupa é a relação que muitos demonstraram entre leitura e vestibular ou faculdade. Alguns entendem que a leitura só é fundamental para aqueles que pretendem fazer algum curso de formação, ou seja, aqueles que pretendem seguir caminhos diversos no mercado de trabalho não precisam fazer uso dela.

Desses entrevistados, 5,6% acham que não deveriam ler mais, acreditam que já leem muito, mas assumem que só, recentemente, começaram a procurar os livros. Assim, no passado, deveriam ter dado mais atenção à leitura.

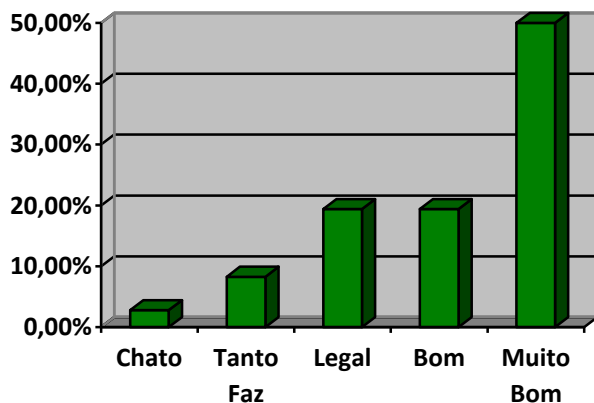
Em relação à quarta questão, sobre a existência de livros em casa, todos afirmaram ter livros. Pode-se notar, então, a eficácia da distribuição de acervos por meio de políticas públicas, já que muitas famílias só têm acesso ao livro por meio desse tipo de transferência governamental. Porém, no que se refere à quinta questão, na qual indagamos se em suas famílias as pessoas possuíam hábito de leitura, somente 52,7% dos entrevistados disseram que sim. Nessa questão, havia um espaço em braço para que preenchessem com o membro da família que tinha tal hábito, como resposta apareceram, em primeiro lugar, os pais, em segundo, os primos e tios.

Mesmo a maioria (50%) afirmando que a leitura está presente dentro de suas casas, apenas 44,4% do total de entrevistados, em resposta à sexta questão sobre o convívio na infância com um leitor, alegou que o pai ou a mãe leram para eles quando eram pequenos. A título de curiosidade, para a maioria do sexo masculino, os familiares leram até os cinco anos e para a maioria feminina, até os oito anos.

Dos sujeitos pesquisados, 50% tiveram pais que não leram para eles quando eram pequenos. Destes, 66,6% alegam que gostariam que o pai ou a mãe tivesse lido; 27,9% não responderam se gostariam ou não; e apenas 5,5%, ou seja, um aluno alegou que não gostaria que alguém tivesse lido para ele na infância, pois não iria prestar atenção.

O gráfico a seguir representa a opinião dos alunos entrevistados, referente à sétima questão, ou seja, o que acham de ganhar um livro:

Gráfico 1 – O que alunos da Leny Barros acham de ganhar livros



Levando em consideração a quantidade de alunos na sala, o resultado desta questão foi satisfatório. Cerca de 50% acha muito bom; 19,4% considera bom; e 19,4% legal. Contudo, não podemos desconsiderar os que são indiferentes e os que acham chato (2,9%).

Para os que alegaram gostar de ganhar livros, os motivos variam: livros trazem conhecimento; despertam a curiosidade; incentivam em outras leituras; são os melhores presentes; ajudam na carreira. Estes alunos, contudo, ponderam que livro no Brasil ainda é caro. Há também aqueles que declararam gostar de ganhar livros porque aumentam a coleção.

Entre os que consideram negativo ganhar livro; 2,9% acham chato este tipo de presente; e 8,3% alegam indiferença. Esses sujeitos justificam sua escolha pela falta de interesse.

A questão de número oito, referente ao destino que dão aos alunos que recebem na escola, mostrou-se muito importante no desabafo dos alunos. Eles citaram inúmeros livros que gostariam de ganhar, a maioria dos livros é de origem estrangeira e classificada como cultura de massa: **God of War**, de Robert E. Vardeman e Matthew Stover, obras com o personagem Sherlock Holmes, de Conan Doyle, **As Crônicas de Gelo e Fogo** e **A Dança dos Dragões** (Livro 5), de George R. R. Martin, **Protocolo Bluehand: Zumbis - Seu Guia Definitivo Contra os Mortos e os Vivos**, de Abu Fobiva, de Alexandre Otoni e Deive Pazos, **A Menina que Roubava Livros**, de Markus Zusak, **A Cabana**, de Young, **Reckless Road - Guns n' Roses**, de Marc Canter, Coleção Harry Potter, de Rowling, **O Labirinto do Fauno**, **A Última Música**, de Nicholas Sparks, **A Divina Revelação do Inferno**, de Mary Baxter. Alguns

alunos escolheram o tipo de livro como: Ação e Aventura, ou preferem livros que ajudem no vestibular, três alunos optaram por clássicos como: **Dom Casmurro**, de Machado de Assis, ou qualquer outro deste escritor. Três alunos não querem ganhar livros; 30,5% dos alunos deixaram as questões em branco; e 8,3% não querem ganhar livro algum.

Podemos notar que eles, realmente, não conhecem a produção nacional, com exceção apenas para Machado de Assis, pois seus livros constam na lista de obras para o vestibular de algumas faculdades. Além da produção estrangeira filiada aos modismos, alguns pensam em filmes, como **O Labirinto do Fauno**, de Guillermo del Toro, ignorando que não há livro, somente o roteiro escrito pelo próprio. Também aparecem livros que foram adaptados para o cinema, como os de Conan Doyle, de George Martin, de Sparks e da série Harry Potter, e os que tiveram origem em jogos de videogame, além de uma obra de autoajuda, como **A Cabana**, de Young e **A Divina Revelação do Inferno**, de Mary Baxter, e outra de cunho biográfico da banda de rock **Guns n' Roses**, de Marc Canter. Vale citar uma obra que se propõe a ensinar a sobrevivência em um mundo tomado por zumbis, como **Protocolo Bluehand: Zumbis - Seu Guia Definitivo Contra os Mortos e os Vivos**, de Abu Fobiva, de Alexandre Otoni e Deive Pazos. Vale destacar que a obra **A Menina que Roubava Livros**, de Markus Zusak, possui um trabalho estético interessante e foi distribuída nas escolas em 2009 pelo FNDE (Programa Nacional Biblioteca da Escola²), contudo não para os alunos entrevistados.

Referente ao destino que dão aos livros que recebem, oitava questão do nosso questionário: 25% afirmam que, apenas, guardam; 72,2% leem; e 2,8% não responderam a esta questão.

O dado mais espantoso, em todas as escolas, adveio da última questão sobre se os entrevistados frequentavam a biblioteca: 52,8% não frequentam esse espaço. Destes, as justificativas para essas recusas foram: preferem ler em casa; têm muitos livros; falta-lhes tempo; não gostam de ler ali; não têm o hábito de ir à biblioteca, falta-lhes interesse; e principalmente, um afirmou: “eu ganho livros da escola”, ou seja, se ele ganha, então, não precisa pegar mais livros. Lembrando que o FDE entrega a cada aluno uma caixa contendo apenas três livros. Assim, se alguns alunos não frequentam a biblioteca por que ganham os livros, será que apenas três por ano é suficiente?

² Vide: http://www.abrelivros.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3310:fnde-envia-10-milhoes-de-livros-para-bibliotecas-de-escolas-publicas&catid=7:pnbe&Itemid=15. Acesso em: 8 jun. 2013.

A professora Elisa Prado que desenvolve, na Escola Estadual Profa. Leny Barros da Silva que visitamos, o projeto Sala de Leitura, declarou que o índice de livros retirados no mês de abril, pelos alunos do terceiro ano, foi baixo, mas as buscas vêm apresentando um aumento significativo ao longo do ano letivo:

Tenho em mente que a minha missão é fazer com que os alunos leiam mais, tentar transformar o conceito de biblioteca, que para os alunos é um “depósito de coisas velhas”, estabelecer parcerias com os professores da sala de aula regular, de todas as disciplinas. Insiste-se muito na ideia de que a concepção de Sala de Leitura é diferente da de Biblioteca, que é preciso mudar o lugar, tornando-o mais acolhedor e silencioso.

A escola Leny Barros desenvolve ações de promoção à leitura através de Festival de Poesia, Noite Cultural, cujo objetivo é expor produções e atuações de alunos e de autores consagrados na literatura. Além das festividades, durante o ano letivo os professores desenvolvem atividades em sala de aula e fora dela para promoção da leitura livre e também daquelas exigidas em vestibulares e participam da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Dentro da sala de aula, os alunos promovem apresentações orais de livros escolhidos e lidos por eles durante cada bimestre; são escolhas livres e não devem fazer resumo por escrito nem provas sobre o que leram, apenas devem contar um pouco do enredo para a sala, sem contar o final, e dizer se gostaram ou não do livro, despertando a curiosidade do jovem.

Segundo a coordenadora da escola, as atividades de leitura desenvolvidas no espaço da biblioteca são: Sala de leitura, campanhas de fomento à leitura, parcerias com os diferentes professores, leituras de peças teatrais, discussão de livros para o Ensino Médio, entre outras.

A coordenadora avalia o impacto dessas atividades, em relação ao professor, de extrema importância, já que as obras literárias contribuem para o enriquecimento curricular e cultural do aluno. A respeito dos Programas de fomento à leitura que a escola acolhe como, por exemplo, Biblioteca em minha casa, PNBE e Biblioteca do Professor, a coordenadora acredita que a entrega deve ser aprimorada: “Penso que são iniciativas pertinentes e que podem ser aprimoradas, com campanhas de incentivo à leitura, ou seja, que sejam sistematizadas de forma a convencer a criança, o jovem e a família sobre a prioridade da leitura”.

Sobre a importância do PNBE na escola, a educadora completa, que muitos alunos não teriam recursos próprios para adquirir livros e, dessa forma, se garante o direito à literatura.

No questionário aplicado aos professores, na questão nove (Você recebe orientações da Secretaria da Educação para realizar trabalho de promoção da leitura em sala de aula?), pudemos notar que há as orientações técnicas promovidas por profissionais da Diretoria de Ensino sobre o assunto e cursos de formação continuada, presenciais ou on-line. Além disso, o Centro de Referência Mário Covas também disponibiliza grande quantidade de documentos, sugestões de leitura e vídeos para nortear o trabalho.

A professora de português defende que não fica esperando apenas orientações que venham da Secretaria, procura sempre novas informações, sugestões de plano de aula, sequência didática e projetos voltados para o assunto, assim como teóricos que discorram sobre leitura.

Ao questionar sobre a relação do jovem atualmente com a leitura, a professora de Língua Portuguesa expõe a realidade da escola:

Depende do tipo de leitura. Se pensarmos na relação do jovem com o livro, o clássico que todo professor quer que eles leiam, é uma relação bem distante, mas como leitura não envolve apenas a leitura de literatura, em minha opinião, podemos afirmar que os jovens leem bastante, em diversos meios.

Quanto ao contato com a literatura juvenil, a professora possui experiências particulares com os livros: *Um gnomo em minha horta*, de Wilson Rocha; *Confissões de um vira lata*, de Orígenes Lessa; *Pobre corinthiano careca*, de Ricardo Azevedo, entre outros. Ela afirma que conheceu estes livros durante uma disciplina da graduação, específica de literatura infantojuvenil, ministrada pelos professores Ceccantini e Álvaro, na Unesp de Assis. Quando perguntamos sobre o trabalho em sala de aula sobre literatura juvenil e seu incentivo, obtemos a seguinte resposta:

Ainda não trabalhei com a sala inteira com um título, mas os livros que escolhem, geralmente são juvenis. Fazem a leitura e depois expõem para a sala o que leram, se gostaram ou não.

Estou no desafio de ler um capítulo por dia de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis para as turmas em que leciono português. Eles ficaram muito curiosos quanto ao livro em decorrência de uma crônica de Moacyr Scliar que fazia alusão ao romance. Conteí resumidamente do que se tratava o romance e pincelei Machado de Assis para eles. Alguns foram até a biblioteca para retirar o romance de Machado, mas foram “podados” pela professora de lá porque não era leitura para a idade deles, segundo ela. Depois, conversei com a professora e pedi que deixasse que cada aluno pegasse o que quisesse, caso não gostassem ou entendessem, logo

devolveriam os livros e partiriam para outras leituras. Alguns devolveram *Dom Casmurro*, outros insistiram e pediram minha ajuda. Como faço uma leitura inicial a cada aula, sugeriram que eu lesse um capítulo por dia e explicasse o capítulo para eles. Estamos desenvolvendo este desafio. Ainda, veremos os resultados.

Quando perguntamos se há algo que ela gostaria de adicionar algum comentário relevante, ela defendeu:

É muito difícil inculcar na cabeça de alguns professores, de outras disciplinas, a necessidade de que todos trabalhem a leitura em sala de aula. Frequentemente, este trabalho é relegado apenas à língua portuguesa. Creio também que seja necessário rever muitos conceitos, por exemplo, de que só se devam ler os clássicos na escola porque as demais leituras são pobres. Para mim não existe leitura que não enriqueça o leitor.

Segundo a Lei 12.244/2010 (ESTADÃO, 2013), deve haver um livro por aluno em cada biblioteca, a escola E. E. Profa. Leny Barros da Silva apresenta aproximadamente 9.000 (nove mil livros) para 506 (quinhentos e seis) alunos matriculados. A biblioteca está em perfeitas condições, todos os livros que chegam são encapados para melhor conservação e logo após, registrados e colocados na prateleira. Recentemente, foi adquirida uma televisão para a sala, com o objetivo de incentivar os alunos a lerem o livro e após, assistir ao filme. A seguir, podemos ver as instalações da sala de Leitura e alguns livros que compõem parte do acervo PNBE:

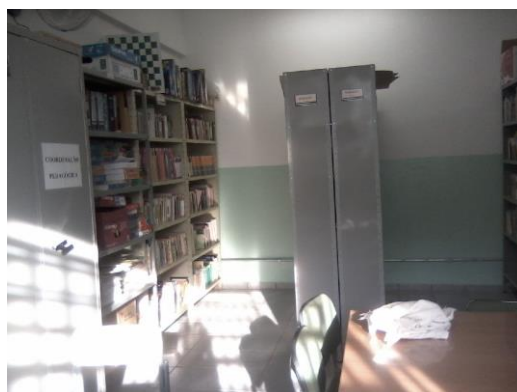




Foto 2 – Sala de Leitura da Escola Leny (Fonte: arquivo próprio)

3.2 E. E. Prof. Carlos Alberto de Oliveira

Em segundo lugar, visitamos a Escola Estadual Prof. Carlos Alberto de Oliveira, situada na Rua Dr. Luiz Pizza, 220, no centro da cidade. A escola possui dois terceiros, Turma A, com 29 alunos; e Turma B, também com 29. A seguir, podemos ver a fachada da escola:



Foto 3 – Fachada da Escola Carlos Alberto (In: Centro de Estudo de Línguas)

Da turma A, entrevistamos 21 alunos (72,4%); e da turma B, 24 (82,7%). Mesmo com a diferença de três alunos a menos, a turma A apresentou entre os entrevistados um índice de 80,9% que afirmaram gostar de ler. Já na turma B, dos entrevistados, 66,6% declararam o mesmo.

Dos entrevistados da turma A, nove eram do sexo masculino e 12 do feminino. Suas idades variavam em: 33,3%, de 16 anos; 57,1%, de 17 anos; 4,8%, de 19 anos; 4,8% não responderam à questão. Dos entrevistados da turma B, 13 eram do sexo masculino e 11 do

feminino. Suas idades variavam em: 41,6%, de 16 anos; 45,8%, de 17 anos; 8,3%, de 18 anos; 4,3% optou por deixar em branco.

De uma maneira geral, os alunos justificam o gosto pela leitura, pois esta traz conhecimento, melhora o vocabulário, a fala, a escrita e informa. Pode-se notar que seus depoimentos não diferem das opiniões dos alunos da Escola Leny.

Os 19,1% da turma A e os 33,4% da Turma B que não gostam de ler justificam a ausência da leitura de suas atividades, por: falta de tempo, preferir a área de exatas, não achar divertido, não ter paciência, tédio. Entre as respostas, as mais curiosas foram: “A leitura tira o tempo de diversão”, “Não é interessante”, e “Ler faz parte da rotina, em todo lugar que vamos, tem que ler, é automático”. Há também os que dizem que são leitores, mas só leem conteúdos da internet, e os que alegam estarem aprendendo a gostar só agora.

Assim como na escola Leny Barros, todos os alunos confirmam a importância de ler, por: adquirir cultura, conhecer os direitos da sociedade, entender o mundo, melhorar o aprendizado e a comunicação com as pessoas.

A professora de Língua Portuguesa da escola Carlos Alberto, acredita que a importância da leitura reflete no melhor “entendimento de mundo”, melhora a produção textual e amplia o conhecimento da cultura.

A terceira questão revelou a falta de leitura do jovem, pois 95,2% da turma A afirmam que deveriam ler mais; e da turma B, 87,5%. Justificam o pouco contato com a leitura por: falta de hábito e preguiça. Alguns acham que escritor dificulta o texto. Algumas respostas apenas mostraram a seguinte frase: “É sempre bom ler mais”. Em síntese, trata-se dos mesmos motivos apresentados pelos alunos do Leny Barros para o pouco contato com livros. É possível observar semelhanças entre as justificativas dos alunos de uma escola para a outra, o conceito do porquê da leitura ser importante ou no que ela nos beneficia está fixo no modo de pensar de cada um, o diferencial entre elas é a sinceridade de alguns e a paixão pela leitura de outros.

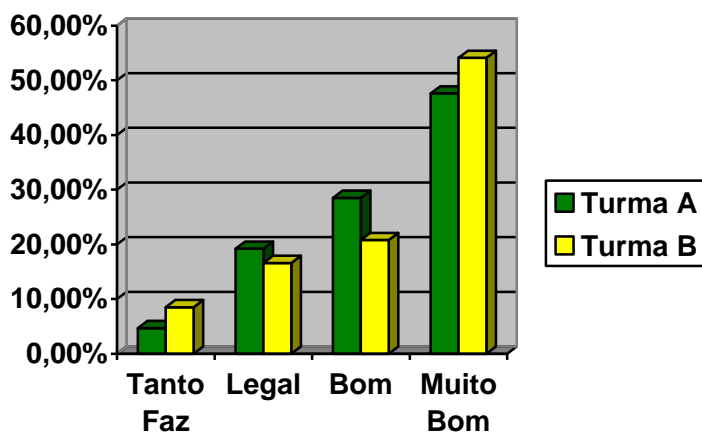
Apenas 58,3% das famílias possuem o hábito de leitura na Turma A. Já na turma B, 70,8%. A maioria dos entrevistados apontou o pai ou a mãe, como leitores. Esses números são baixos se comparados ao resultado da quarta questão, em que 100% dos alunos afirmaram possuírem livros em casa. O grande fator que distancia as pessoas da leitura é a falta de acesso, se o livro está presente em todas as casas o número de leitores não deveria ser tão baixo.

O número de pais que leram para seus filhos, quando estes eram pequenos, é satisfatório. Na Turma A, 71,4% dos pais colaboraram para a formação de leitores, porém na Turma B, apenas, 50%.

Dos alunos que tiveram ausência de leitor na infância, cinco deles não gostariam que os pais o fizessem, mas apenas um justificou sua resposta: “Eu lia sozinho.”

O gráfico a seguir apresenta o percentual de alunos, tanto da turma A quanto da Turma B, sobre o que acham de ganhar um livro:

Gráfico 2 – O que alunos do Carlos Alberto acham de ganhar livros



Podemos notar que a maioria de seus entrevistados considera positivo ganhar um livro. Os alunos das duas salas apresentam julgamentos semelhantes nas justificativas disto ser positivo: pela influência dos livros no pensamento; ler ocupa o tempo e traz conhecimento, é uma forma de demonstrar carinho dar um livro, é bom para fazer coleção, aprender assuntos diversos e para o entretenimento.

O pequeno porcentual de indiferença (6,6%) justifica o fato desta atitude por: não gostarem de ler, lerem em todos os lugares que vão e não terem tempo para usar (ler) um livro.

Os alunos da E. E. Prof. Carlos Alberto de Oliveira gostariam de ganhar livros com poemas, conteúdos de mecânica, de comédia, suspense, sobre jornalismo, de ficção, fantasia, terror ou aventura. Outros especificaram o livro, como: **Nunca Fui Santo**: O Livro Oficial do Marcos, de Marcos Konder R. Beting; **O Código da Vinci**, de Brown; a série Dexter, de Jeff Lindsay;

Assassin's Creed, de Bowden; **A Cabana**, de Young; **Romeu e Julieta**, de Shakespeare; **A Última Quimera**, de Ana Miranda; **Sombras da Noite** e **O iluminado**, de Stephen King; **A Divina Comédia**, de Dante Alighieri; **Percy Jackson e os Olimpianos**, Vol. 3, de Rick Riordan; Série “Os Imortais”, de Alyson Noel; **Heaven**, de Alexandra Adornetto, **Diário de Sophia & Cia**, de Luisa Ducla Soares; **Coraline**, de Neil Gaiman; **O Menino do Pijama Listrado**, de Boyne; **50 tons de Cinza**, de E. L. James; toda a Saga Crepúsculo, de Stephenie Meyer, **Um Homem de Sorte**, de Nicholas Sparks, **O Clã dos Magos de Canavan**, de Trudi Cavan; **Ágape**, do Padre Marcelo; **Nárnia**, de C. S. Lewis; **Sobressalto**, de Lilian Sypriano; **As Crônicas de Gelo e Fogo**, de George R. R. Martin. Somente um aluno afirmou não gostar de ganhar livros e quatro não responderam a esta questão.

Em relação aos livros, notamos que prevalecem os dos modismos, mas curiosamente aparecem clássicos, como de Dante Alighieri e Shakespeare. Talvez, por terem sido citados em sala de aula por alguns professores ou estarem no imaginário como sinônimo de excelência literária. Também há um livro de cunho biográfico, como o do goleiro Marcos, **Nunca Fui Santo: O Livro Oficial do Marcos**. Em sua maioria os livros citados pertencem ao universo juvenil, e foram adaptados para o cinema, como os de Dan Brow, Lewis, George Martin, Neil Gaiman, Boyne, Sparks, da série Percy Jackson e da saga Crepúsculo. Curiosamente, o livro de Ana Miranda, dotado de um trabalho que se situa entre o estético e o informativo, tem se mostrado atraente para os jovens, ao retratar a vida de Augusto dos Anjos, há blogs sobre este livro³. Talvez, essa existência justifique o conhecimento do livro. Assim, há também sobre o livro da escritora portuguesa Luísa Ducla Soares. Sua obra integra o Plano Nacional de Leitura – PNL, dos portugueses⁴, não descobrimos como chegou aos jovens brasileiros, mas provavelmente por meio de algum acervo enviado pelo Estado. Também, notamos a presença da mesma obra de autoajuda citada pelos alunos da Escola Leny; **A cabana**, de cunho religioso, assim como o livro do Padre Marcelo. Chama a atenção os livros de terror, provavelmente, eleitos por um entrevistado que aprecia este gênero, como os de Stephen King. Também aparece o modismo adulto e sensual em **50 tons de cinza**. Enfim, atendo a modismos divulgados pela mídia, sobretudo de obras de escritores estrangeiros,

³ Vide: <http://livrosontemhojeesempre.blogspot.com.br/2013/03/resenha-ultima-quimera.html>. Acesso em: 08 jun. 2013.

⁴ Vide: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/escolas/projectos.php?idTipoProjecto=40>. Acesso em: 8 jun. 2013.

prevalece entre os entrevistados o gosto por sagas, séries, trilogias, associadas ao mercado editorial.

Embora saibam da importância do livro e admitirem que deviam ler mais, na turma A, apenas, 61,9% dos alunos leem os livros que recebem; e 38,1% guardam-no sem fazer uso. Na turma B, os que leem fazem parte dos 58,6%; os demais (41,6%) guardam o livro que recebem.

Na biblioteca da escola, encontram-se prateleiras de livros novos, bem conservados, fáceis de localizar e para aqueles que procuram livros para o vestibular, a lista de livros solicitados pelas universidades mais conceituadas encontra-se em cima da mesa à vista de qualquer aluno.

Mesmo que a biblioteca esteja à disposição do aluno em tempo integral, apenas 8,3%, da turma B, e 42,8%, da turma A, a frequentam. Os alunos que não o fazem, justificam a ausência pela falta de tempo, por ter livros em casa e pela falta de hábito de leitura. Merece atenção os alunos que afirmaram não frequentarem por não gostarem do espaço e até mesmo há os que nunca foram até esse local.

As funcionárias responsáveis pelo, professoras readaptadas, possuem total domínio sobre o PNBE. A organização da biblioteca é exemplar, os livros são divididos, em estantes, de acordo com o projeto destinado. Por exemplo, os livros entregues a partir do PNBE estão situados numa determinada estante; os da sala de leitura, em outra, e assim por diante. Dentro de cada uma, os gêneros se dividem. Nota-se na escola, que o fluxo de frequentadores é maior no ensino fundamental, coincidentemente o mesmo ocorre com a escola Leny Barros.

Segundo a professora de Língua Portuguesa, boa parte dos jovens lê pouco e apenas o que está “na moda”, não há muito interesse pela leitura de obras “clássicas”. Ela desenvolve em sala de aula trabalhos para a formação do leitor, procura ler para os alunos, estimular o gosto pela leitura, mas nem todos apreciam. Não participa de um projeto em particular, mas procura incentivar ao máximo a leitura e a utilização da biblioteca.

De acordo com o coordenador do Ensino Médio, a escola desenvolve atividades na biblioteca, como, Apoio à leitura, Hora do Conto e Hora da Leitura. Além disso, é contemplada com os programas de fomento à leitura do governo Apoio ao Saber, PNBE e Biblioteca do Professor. Segundo ele, o impacto desses programas referente ao professor e aluno é de caráter positivo.

A professora acredita que os acervos entregues pelo PNBE e os demais programas de fomento à leitura são fundamentais para a escola, favorecem o trabalho do educador. Completa afirmando que há orientações esporádicas sobre o trabalho com diferentes gêneros textuais, por parte da Secretaria da Educação, mas que não ocorrem com frequência.

O conteúdo de literatura juvenil é trabalho em sala de aula, lendo e analisando textos com os alunos. Atualmente, não adotou livro algum para leitura de sua turma, mas sugeriu livros e autores, utilizando dos seguintes critérios: por idade, livros disponíveis na biblioteca, conforme a escolha dos alunos, seguindo listas de vestibulares e clássicos da literatura.

A seguir, podemos ver fotos da biblioteca e alguns livros que compõem parte do acervo PNBE:

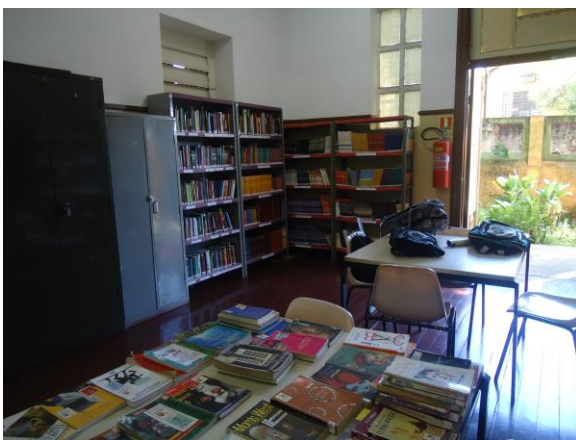




Foto 4 – Biblioteca da Escola Carlos Alberto (Fonte: arquivo próprio)

3.3 E. E. Prof. Ernani Rodrigues

A Escola Estadual Prof. Ernani Rodrigues situa-se na Rua Senhor do Bonfim, 1165, na Vila Xavier. A escola possui dois terceiros, Turma A, com 22 alunos, e Turma B, também com 22 alunos. A seguir, podemos notar a fachada da escola:



Foto 5 – Fachada da Escola Ernani (In: Facebook da escola)

Dos 44 alunos de terceiro colegial, da Escola Estadual Ernani Rodrigues, entrevistamos: 16 da Turma A e 15 da Turma B.

Dos entrevistados da turma A, oito eram do sexo masculino e oito do feminino. Suas idades variavam em: 62,5%, de 17 a 18 anos; 31,2%, de 16 anos; 3,3% não responderam à questão. Dos entrevistados da turma B, oito eram do sexo masculino e sete do feminino. Suas idades variavam em: 93,3%, de 16 a 17 anos; 6,7%, de 18 anos.

Entre esses entrevistados, 75% da Turma A afirmaram que gostam de ler, e da turma B, 86,6%. Justificam sua resposta afirmativa a partir dos seguintes fundamentos: com leitura se adquire cultura, aprendizado, melhora-se a escrita, amplia o vocabulário, a criatividade,

umenta o acesso à informação. Alguns alunos, em especial, alegam que a leitura é essencial na vida, provoca a voz questionadora, a sensação de bem-estar e traz a beleza que a realidade nega. Já os que não gostam de ler, justificam sua escolha por não ler muito, ter falta de paciência, ser cansativo, e um dos alunos alegou simplesmente não gostar.

Na opinião do professor de Língua Portuguesa, a leitura é importante porque desenvolve a imaginação e criatividade dos alunos, além de desenvolver a habilidade da escrita.

O que merece atenção são as justificativas dos alunos que não leem, como: falta de costume, pelo livro ser muito grosso, ser cansativo, falta de paciência e por não gostar.

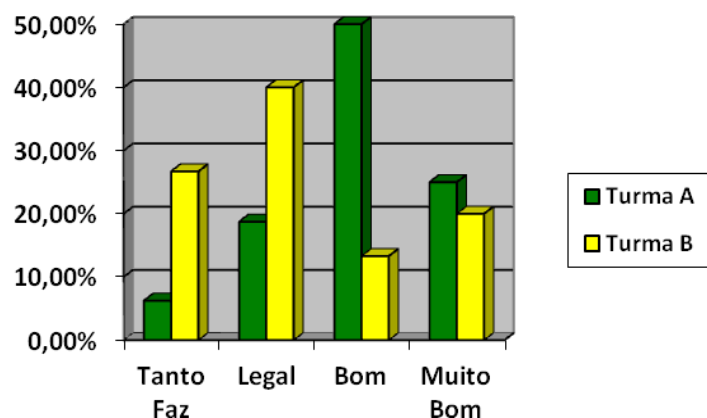
Assim como as demais escolas, os alunos da Ernani Rodrigues estão cientes de suas bem feitorias e que o hábito da leitura é fundamental na vida das pessoas, porém 87,5%, da turma A, e 93,3%, da turma B, assumem que deveriam ler mais. Os alunos que discordam alegam ler o suficiente, não querer ler ou dizem não precisar ler mais, pois em nossa rotina praticamos isso o tempo todo.

Todos os estudantes possuem livros em suas casas, porém, 56,6% das famílias da Turma A fazem uso de livros. A turma B merece destaque, pois 73,3% dos familiares têm hábito de leitura. Nas duas Turmas, a maioria dos leitores é composta por pais e avós.

Da Turma B, 66,6% dos pais leram para seus filhos. Além disso, todos os alunos que não receberam essa leitura na infância gostariam de ter recebido. Da turma A, 44,4% dos alunos tiveram a presença da leitura desde pequenos; 5,6% não responderam a questão; e 50% afirmam que os pais não fizeram leitura para eles quando eram pequenos. Destes, apenas dois afirmaram que não gostariam que os pais tivessem lido, mas, nenhum deles justificou a resposta.

A respeito do que acham de ganhar livros, os alunos da turma A e B responderam:

Gráfico 3 – O que alunos do Ernani Rodrigues acham de ganhar livros



Em uma escola cujo percentual de gosto pela leitura é elevado, estranhamos os resultados obtidos nesta questão. Segundo a coordenadora, ao receberem os livros, os alunos afirmam que farão a leitura, se comparamos essa declaração com a resposta ao questionário feito com os alunos, de fato, ela é verdadeira, entretanto não em sua totalidade. Os maiores percentuais ficaram entre bom, legal e tanto faz, seguidos das afirmações: gosto de ler, incentiva a imaginação, melhora a pronúncia, amplia o conhecimento, desperta a curiosidade, não paro de ler até acabar o livro. As afirmações de quem acha “bom” ou “muito bom” chamam a atenção: “Muito bom, já que ninguém dá [nada] mesmo”, “Pra guardar”, “Ler é algo diferente”, “É bom, se eu gostar”.

Os alunos que responderam negativamente à indagação, ou seja, “tanto faz ganhar livros”, usam da seguinte justificativa: “Não vou terminar [de ler]”, “Ninguém dá mesmo [livro bom]”, “Só leio mitologia”.

O esperado é a maior porcentagem em “Muito Bom”, já que os alunos admitem sua importância. O que, então, está faltando na ação de dar o livro, para este gesto ser classificado como muito bom?

Perguntamos, então, qual livro gostariam de ganhar. De tantos livros, os escolhidos pelos alunos foram: Qualquer um da Ana Primavesi; **A última música** e **Querido John**, de Nicholas Sparks; **O Caçador de Pipas** e **Cidade do Sol**, de Khaled Hosseini; **Marley & Eu**, de Grogan; **Crepúsculo**, de Stephenie Meyer; **A Caixa de Sonhos**, de Watanabe; a série Harry Potter, de Rowling; e **A Menina que Roubava Livros**, de Markus Zusak.

Os que resolveram escolher por gênero, optaram por: ação, ficção, dança, qualquer livro sobre os nórdicos, mitologia e Rock. Quanto aos demais alunos, 3,2% responderam que gostariam de ganhar livros que ajudassem no vestibular; 9,6% não querem livro algum; 16,1% deixaram a questão em branco; 6,4% não sabem que livro gostaria de ganhar.

Um dos entrevistados escolheu “Amanhecer Parte 2”, lembrando que os livros desta Saga, de Stephenie Meyer, são: **Crepúsculo**, **Lua Nova**, **Eclipse** e **Amanhecer**. Os livros fizeram muito sucesso, logo, houve a produção de filmes. O último livro, **Amanhecer**, rico em detalhes sobre vampiros e lobisomens, foi dividido em sua adaptação para o cinema, pela produção, em duas partes, assim como foi feito com o último livro da série Harry Potter, de J.K Rowling. Sendo assim, pela escolha desse livro, em especial “Amanhecer Parte 2”, é possível notar a influência da mídia sobre os jovens e a sua preferência por filmes em detrimento de livros, ainda a falta de informação sobre o que tal preferência causa.

Não devemos considerar só a gafe do “Amanhecer Parte 2”, mas notar que, em geral, quase todos os entrevistados, de todas as escolas, optaram por livros que possuem adaptações fílmicas, ou seja, vale indagar: suas escolhas foram sinceras ou só escolheram o que já previamente eleito pela indústria cinematográfica? Não é preciso uma pesquisa para considerar que grande parte da população acha menos trabalhoso assistir a um filme que “perder” horas lendo o livro do qual o primeiro foi adaptado. Como disseram alguns entrevistados: “Pra que eu vou ler um livro se existe o filme?”.

O professor de português afirma que, atualmente, os jovens são tão influenciados pela leitura rápida que não têm paciência, não gostam e não param para apreciar um bom livro. Promove em sala de aula atividades que instigue o aluno a buscar, conhecer e ler os clássicos como forma de incentivo.

O destino que os livros levam nas mãos de alunos do Ernani Rodrigues é lamentável, mas não difere daqueles das escolas anteriores. Na Turma A, 62,5 % guardam-no, mais da metade, portanto, e apenas 37,5 leem. Já na turma B, os valores invertem, mas mesmo assim não são muito produtivos, 53,4% leem os livros, mas 46,6% guardam-no, quase metade dos entrevistados.

A Biblioteca da escola encontra-se em perfeitas condições, foi reformada recentemente para melhor conforto dos alunos e mesmo assim, da turma B, só 20 % faz uso desse espaço (ou seja, 3 alunos). Na turma B, a porcentagem melhora com 56,25% de frequentadores.

A escola é contemplada com programas de incentivo à leitura, como o PNBE e Biblioteca em minha casa. As atividades de leitura no espaço da biblioteca ficam sob responsabilidade dos professores responsáveis pela Sala de Leitura em parceria com professores do currículo básico. De acordo com o professor de Língua Portuguesa, há orientações da Secretaria da Educação, através de Reuniões Técnicas e A.T.P.C (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) para realizar trabalho de promoção da leitura em sala de aula.

No primeiro semestre de 2013, a professora de Atividade Artística desenvolveu um Projeto, com os alunos do Ensino Médio, utilizando-se da obra de Brian Selznick “A invenção de Hugo Cabret”. Os alunos leram o livro, debateram em sala de aula e, após essas atividades, assistiram ao filme. O que mais chamou a atenção dos alunos foi a diferença entre livro e filme.

Segundo a coordenadora, os programas de leitura resultam em valorização da leitura como fonte de informação, aprimora o conhecimento, aumenta a curiosidade na busca por novos títulos e, conseqüentemente, melhora o aprendizado.

O professor afirma que os programas acolhidos pela escola são importantes, pois, geram acesso a diversos livros, e completa que mesmo com a existência de tantos trabalhos e programas de fomento à leitura há muita relutância por parte dos alunos quanto à prática de leitura. Atualmente, para ele, não se utiliza em sala a literatura juvenil, foca-se mais nos clássicos. O livro adotado no momento com os alunos é *Contos Fantásticos do Século XIX*, de Ítalo Calvino. A turma apresenta prazer em ouvir suas histórias, interesse em buscar e conhecer mais, mesmo que seja uma pequena parcela. Enfim, para o entrevistado, existem experiências satisfatórias quanto à prática de leitura em sala de aula.

A seguir, podemos ver fotos da biblioteca, do trabalho feito pela professora e alguns livros que compõem parte do acervo PNBE:



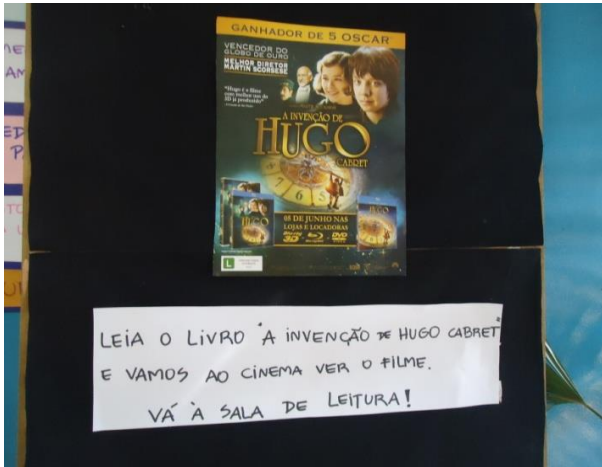
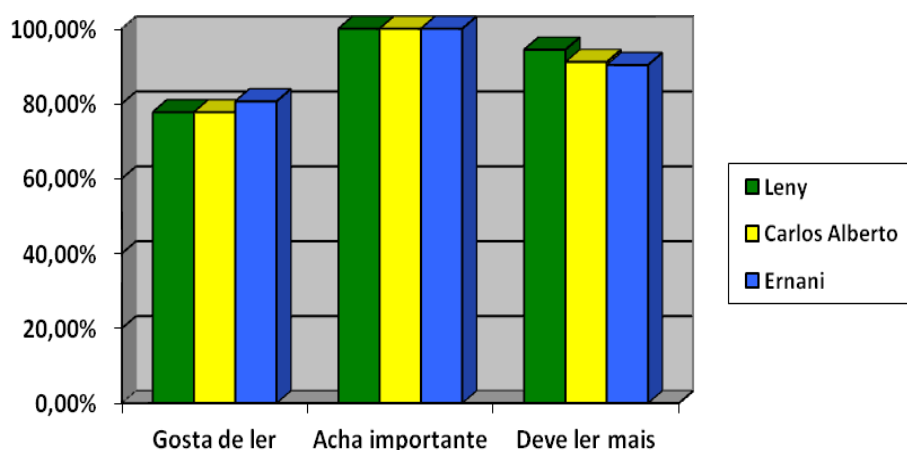


Foto 6 – Biblioteca da Ernani Rodrigues (arquivo próprio)

3.4. Comparativos entre as escolas

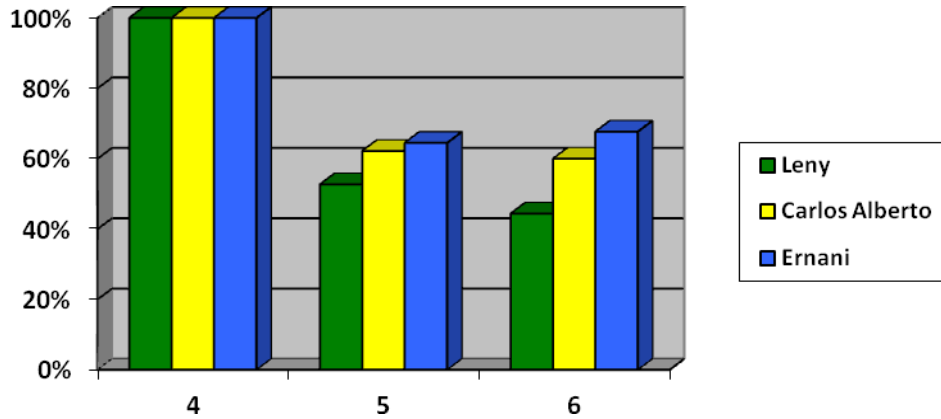
A seguir, apresentamos comparativos entre as respostas das três escolas visitadas para fins de pesquisa de campo:

Gráfico 4: Respostas de 1 a 3 (1.Você gosta de ler? 2. Você acha que ler é importante? 3. Você acha que deveria ler mais?)



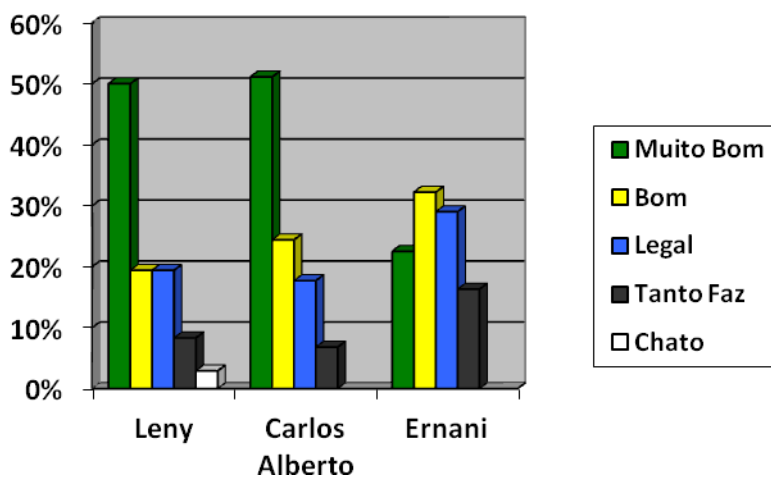
Como se pode notar, as respostas aproximam-se. Em termos numéricos, há mais alunos na escola Ernani que alegam gostar de ler do que nas outras duas. Todos os entrevistados acham a leitura importante, mas na escola Leny, os entrevistados consideram, que precisam ler mais, seguidos pelo da escola Carlos Alberto e pelos da Ernani.

Gráfico 5: Respostas de 4 a 6 (4. Existem livros na sua casa? 5. Na sua família, as pessoas têm o hábito de leitura? 6. Quando você era pequeno liam pra você?)



Pelos dados, podemos notar que todos os entrevistados possuem livros em casa, o que demonstra a eficácia das políticas públicas de distribuição de acervos. Mesmo assim, não há o hábito de leitura em mais de 60% das famílias. Esse hábito aparece quase que na mesma proporção de leitores nas famílias, ou seja, de pessoas que liam para os entrevistados em sua infância. Assim, se não há o hábito, justifica-se que também não existam leitores. A escola Ernani possui nos índices mais elevados nos quesitos familiares leitores e ledores. A escola Leny, os mais baixos. A Carlos Alberto situa-se entre elas.

Gráfico 6: Resposta 7 (O que você acha de ganhar um livro?)



Pode-se observar que a escola Leny, com os índices mais baixos de famílias com hábito de leitura, apresentou também alunos que consideram ganhar um livro como algo “chato”. Embora, 50% de seus alunos considerem o recebimento de uma obra como “muito bom”. A escola Carlos Aberto teve os melhores índices de positividade no quesito “muito bom”, mas foi a Escola Ernani que melhor equilibrou seu público entre os itens “muito bom”, “bom” e “legal”, revelando um público mais homogêneo em seus gostos. Contudo, também apresentou o maior índice de alunos que estão indiferentes ao recebimento de um livro.

Gráfico 7: Resposta 8 (Consideramos os que leem os livros que recebem).

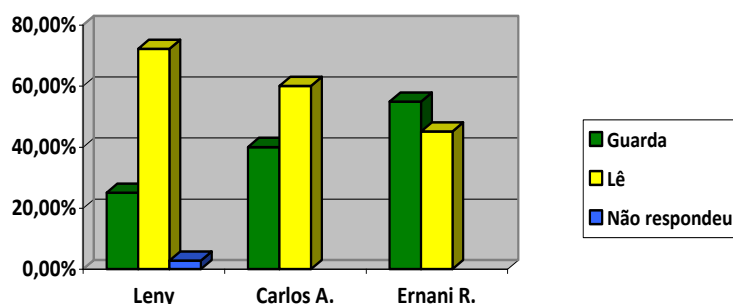
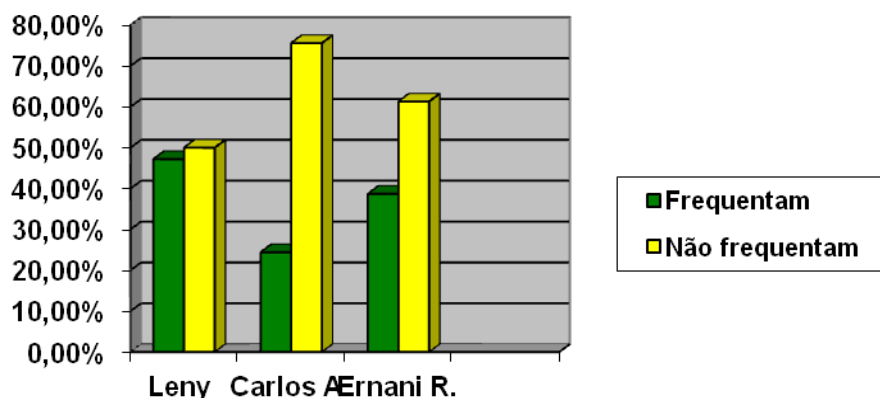


Gráfico 8: Resposta 10 (Os que frequentam a biblioteca)



Conforme os dados, deste gráfico, a escola Ernani Rodrigues, que vinha obtendo boas porcentagens nos gráficos anteriores, agora, é a de menor índice no quesito de sujeitos que leem os livros que recebem, ou seja, gostam de ler, sabem da sua importância. Logo, ser influenciado pelos familiares na infância não significa assegurar o hábito de leitura na juventude. Justifica-se que, nesta escola, o número de alunos que frequentam a biblioteca seja mais baixo do que o apresentado pela escola Leny. Esta, de forma coerente, possui o melhor índice de frequentadores e também de alunos que leem os livros que recebem. A escola Carlos Alberto possui o menor índice de frequentadores de sua biblioteca, embora 60% dos seus alunos afirmem que leem os livros que recebem, neste caso, do FDE.

Resumindo, o discurso dos entrevistados não revela a prática que realizam. Eles aceitam a leitura como algo positivo, afirmam que leem, mas na prática não frequentam a biblioteca e é natural que guardem os livros do FDE, pois estes são dotados de trabalho estético que requer competência leitora e, justamente, por isso distanciam-se da cultura de massa, da cultura midiática que os acostumou aos modismos e às facilidades de consumo.

Mais do que nunca a leitura de textos emancipatórios justifica-se, sobretudo, de autores nacionais, em geral, esquecidos nas indicações dos alunos, caso não componham listas para exames vestibulares.

4.1 Considerações finais a respeito da pesquisa de campo

Como resultado de nossa pesquisa de campo, de modo geral, pudemos notar nos quatro gráficos: a importância que os alunos dão aos livros; a influência do livro dentro de casa; a opinião dos alunos sobre ganhar livros; o resultado obtido a partir da entrega.

A maioria dos alunos afirma que gosta de ler. Poucos têm coragem para dizer que não gostam, há um discurso afirmativo da leitura em âmbito escolar e mesmo na mídia televisiva. Há exceções, sempre. Porém, na maior parte dos casos, os alunos afirmam que gostam de ler e sabem da importância do livro na vida das pessoas, bem como estão cientes de seus benefícios. Mesmo cientes e afirmando que gostam de ler: leem pouco; somente o necessário, falta impulso. Assim, o gostar de ler aparece, então, desvinculado da prática da leitura, do hábito de leitura.

Vimos que todos os alunos têm livros em casa, mas quanto à influência de pais e ao hábito de leitura, a Escola Ernani tem os melhores resultados, sendo acompanhada da escola Carlos Alberto e, por último, da escola Leny Barros. Estas duas escolas apresentaram resultados satisfatórios no quesito recepção de obras pelos alunos.

A escola Leny Barros da Silva surpreende nos resultados, assim como as demais escolas, pois possui alunos que gostam de ler, admitem a importância do livro, mas o número dos que acham que deveriam ler mais é menor. Talvez, esse fato seja explicado, de acordo com o último gráfico. Os alunos acham que ganhar livro é muito bom, têm livros em casa, mas não recebem tanta influência dos familiares, quanto os das demais escolas. O fato curioso é notarmos que, mesmo com o déficit de influência dos familiares na formação dos alunos-leitores, é a escola que obtém melhores resultados quanto à prática. Resumindo, mesmo sem receberem influência em casa, os alunos dessa escola têm lido mais e procurado conhecer livros. Assim, a escola pode mudar uma realidade social se realizar um bom trabalho.

Vale levar em consideração que a realidade demonstrada nesse trabalho não se restringe somente ao município de Assis. No ano de 2012, a UNESP lançou o livro *Literatura Fora da Caixa*, de Aparecida Paiva, cujo objetivo era analisar se os acervos do PNBE, entregues às escolas da Rede Pública de Belo Horizonte, estavam sendo utilizados e como estava o trabalho com leitura entre os jovens que há tanto tempo recebem esses livros. Mesmo que não sejam surpreendentes os resultados dessa nossa pesquisa, eles coincidem com os dados do livro. Logo, é possível perceber que nas demais cidades ou regiões o mesmo ocorre.

UM OLHAR SOBRE A LEGISLAÇÃO

4.1. Biblioteca ou Sala de Leitura?

Com o intuito de universalizar as bibliotecas do Brasil, entra em vigor a Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Por meio dela, o Congresso Nacional decreta e o Presidente da República sanciona que todas as instituições de ensino público e privado do país deverão conter uma biblioteca, esta será obrigada a disponibilizar pelo menos um título para cada aluno. Além disso, também regulariza a profissão de bibliotecário, pois, em cada uma dessas bibliotecas deverá conter um profissional.

De acordo com a lei 12.244 de 24 de maio de 2010:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Após três anos da publicação da Lei 12.244/10, o Estadão lança uma matéria de Ocimara Balmant cuja manchete intitula-se “Em 72,5% das escolas não há biblioteca; lei prevê obrigatoriedade até 2020”. Segundo a autora, o Brasil precisa construir 130 mil bibliotecas até o ano de 2020 e completa que o Estado de São Paulo tem um dos piores resultados com 85% de escolas da rede pública sem biblioteca (In: Estadão, 2014).

Dos dez anos que o Brasil tem para construir, reestruturar, organizar e encontrar bibliotecários para atender essa demanda; seis estão com suas atenções voltadas para a construção de

estádios de futebol, pois o Brasil precisa atender à copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ou seja, sobrarão quatro anos para construir 130 mil bibliotecas até os anos de 2020.

Segundo a *Revista Educação*:

Com o tempo passando, a legislação parece cada dia mais longe de chegar a ser cumprida. O Censo Escolar mostra que, em dois anos, foram implantadas 317 bibliotecas em escolas fundamentais e 650 em instituições de nível médio. Ainda faltam mais de 99 mil. Em 2010, era necessário construir 28 novas bibliotecas por dia no país para chegar em 2020 com 100% de cobertura. Dois anos mais tarde, o ritmo precisa ser de 34 bibliotecas por dia (In: *Revista Educação* (1), 2014).

Em contrapartida, no ano de 2009, foi criado o programa Sala de Leitura através da Resolução SE – 15:

Resolução SE - 15, de 18-2-2009

Art. 1º - Fica criada, em cada unidade escolar da rede pública estadual, uma sala de leitura que objetiva oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino:

I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver;

II - espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo.

Parágrafo único - As unidades escolares que não dispõem de local apropriado à instalação da sala de leitura contarão com ambientes de leitura com acesso a acervos e serviços.

Nota-se que não há diferenciação se comparado à Sala de Leitura e à Biblioteca. Seu objetivo é o mesmo, ou seja, dar à criança ou ao jovem acesso aos livros em um ambiente adequado. Segundo a *Revista Educação*, o programa Salas de Leitura, na prática, funciona como uma biblioteca normal. E ainda informa que 65% de todas as unidades da rede possuem salas de leitura em vez de bibliotecas. (In: *Revista Educação* (2), 2014).

De acordo com seu artigo 4º, não mais será o bibliotecário o responsável em administrar o ambiente e, sim, o professor readaptado ou de categoria F.

Art. 4º - São requisitos à seleção de docente para atuar nas salas ou ambientes de leitura:

I - possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, no campo de atuação referente a aulas dos ensinos fundamental e médio, devendo encontrar-se na condição de readaptado, com rol de atividades compatível com as atribuições a serem desenvolvidas.

II - ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em letras;

III - possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência docente no Quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º - na situação de readaptado, o docente somente poderá ser incumbido do

gerenciamento das salas ou ambientes de leitura no âmbito da própria unidade escolar, devendo, para atuar em escola diversa, solicitar e ter autorizada, previamente, a mudança de sua sede de exercício, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º - na inexistência de docente na condição de readaptado, conforme disposto no inciso I deste artigo, a atribuição poderá recair em docente ocupante de função-atividade, categoria F, em situação de interrupção de exercício, abrangido pelas disposições da Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, e que preencha aos demais requisitos estabelecidos no parágrafo anterior.

Tal determinação causou grande impacto na profissão de bibliotecário, pois este fica cada vez mais desvalorizado. Segundo Marilucia Barnardi, bibliotecária, e Maria Helena Barros, formada em Biblioteconomia e Cultura Geral, o professor readaptado está afastado em decorrência a um problema de saúde ou psicológico, impossibilitando-o de exercer sua função. Ambas indagam se esse mesmo professor teria condições de motivar os alunos e, principalmente, o aluno-problema. Questionam, também, se nessa situação ele conseguirá cativar, escutar e respeitar a história de vida de cada aluno. (In: Infohome (1), 2014)

Marilucia Barnardi, em seu mais recente texto “É difícil mudar...”, denuncia a falta de compromisso que existe em cumprir a Lei 12.244/10 após a criação do programa Sala de Leitura, ou seja, uma resolução acaba prevalecendo na forma de Lei:

Recentemente, em conversa com uma fiscal do Conselho Regional ela me narrou sua frustração com seu trabalho de fiscalização de há cerca de 3 anos pra cá. A impressão que fica é que após a promulgação da Lei 12.244/10, que obriga a toda escola pública e privada ter biblioteca com um acervo de, no mínimo, 2 exemplares por aluno matriculado e também possuir um bibliotecário devidamente habilitado para responder pela mesma, as escolas retrocederam, isto é, criaram outros mecanismos para não cumprirem a lei. Nas escolas públicas proliferam as chamadas Salas de Leitura, até mesmo para abrigarem os professores readaptados, que são em números bastante expressivos. Não os tenho com base em estatísticas e sim dos que me escrevem pedindo ajuda e das escolas que conheço (In: Infohome (2), 2014).

No município de Assis, pudemos observar que ocorre como relatado pela bibliotecária Marilucia Bernardi, pois as três escolas que visitamos para nossa pesquisa substituíram suas bibliotecas por Salas de Leitura.

Pode-se deduzir que o programa, discretamente, surgiu para driblar a Lei que regulamenta a existência de bibliotecas. Sendo assim, o governo fica livre das 130 mil bibliotecas que ainda precisam ser construídas e passa a extinguir a profissão de bibliotecário. Ou seja, alterou-se o nome do ambiente, mas seu objetivo continua sendo o mesmo. Amparou os professores readaptados e de categoria F, e deixou de lado os bibliotecários. E o aluno, como fica? Sabemos que a maioria da população escolar ainda não é leitora.

4.2.O Direito da Educação

No ano de 2013, em dezessete de junho, cerca de 100 mil pessoas se reuniram, segundo estimativas, e apenas no Rio, em um protesto multifacetado contra o aumento das passagens de ônibus municipais, que, aos poucos, também sugeriu outras reivindicações (In: *Revista de História*, 2014).

Segundo o UOL Notícias, as marchas continuaram pelo país e no dia 20 de junho mais de um milhão de pessoas foram às ruas. Os manifestantes também protestaram contra os gastos para a preparação da Copa do Mundo de 2014, a PEC 37 (proposta de emenda à Constituição que limita os poderes de investigação do Ministério Público), a corrupção e as más condições de Saúde e Educação no país. (In: UOL Notícias, 2014)

Como nossas pesquisas demonstram, os alunos do Ensino Médio não têm hábito de leitura e, apesar de estarem a um passo de fazer vestibular, ainda, possuem muitas dificuldades para interpretar e produzir um texto.

Sendo assim, o problema que a Educação enfrenta não está apenas em dados estatísticos, os brasileiros têm ciência do déficit e, através de protestos, tentam buscar que o governo cumpra com seu dever de fornecer uma educação de qualidade e faça valer o que está na Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É dever do Estado e da Família fornecer educação, visando ao desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O jovem deve sair do Ensino Médio com habilidades suficientes para encarar o mercado de trabalho e, além disso, apto para frequentar o Ensino Superior. Quanto ao exercício da cidadania, o jovem deve ter total conhecimento sobre seus direitos e responsabilidades.

Como afirma Libâneo (2003), a sociedade aspira por uma escola capaz de garantir a todos formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, propiciando o estabelecimento de uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações, vislumbrando a formação de cidadãos que tenham participação em todas as esferas da vida social. (apud O perfil dos professores brasileiros, 2004, p.18).

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

No caput do artigo 226, da Constituição Federal, encontramos a família como base da sociedade, ou seja, se o pai, a mãe ou o responsável fornecerem o que é devido à criança ou ao adolescente, garantem o futuro da sociedade.

Conforme Edmilson Nascimento Anastácio, pós-graduado em Direito Público, embora a Educação seja um dever do Estado e da família, é na família que se inicia a base educacional a qual, o indivíduo, aplicará futuramente em suas relações individuais e coletivas todo o conteúdo moral, cívico, pessoal e social. (In: Jusbrasil, 2014)

O desembargador federal aposentado do TRF 4ª Região, Vladimir Passos de Freitas, defende que o governo e a família devem trabalhar em parceria:

Na minha opinião, a escola tem uma missão importante mas não a principal. Não é a ela que cabe educar, mas sim aos pais. O art. 1.634, inc. I, do Código Civil é claro a respeito. [...] É verdade que o art. 205 da CF fala que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, ou seja, primeiro o Estado. Isto em nada altera o raciocínio, apenas reforça que o Estado tem a obrigação de oferecer a todos os brasileiros a oportunidade de estudo. (In: Conjur, 2014).

Como demonstrado pelo desembargador, assim que o Estado oferece oportunidade de estudo, a família é responsável por dirigir os filhos à escola já educados para que a escola ensine.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os princípios são de extrema importância para assegurar a qualidade da educação e sua universalidade. O inciso I é fundamental para que todos aqueles que buscam a educação tenham as mesmas condições de Ensino. O inciso II nada mais é que a troca de saber entre aluno e professor, ou seja, não é só o professor que ensina, mas o aluno também colabora.

O inciso III defende as técnicas de Ensino, cada professor tem o livre arbítrio para adequar a turma de acordo com seu nível de conhecimento. O IV refere-se à gratuidade do ensino público, para que todos tenham acesso e que da mesma forma essa gratuidade se dê em ambiente qualificado para tanto.

O V discute sobre o quão é necessário ter um professor capacitado para ministrar as aulas e o VI que a gestão de ensino deve ser democrática para que seja justa.

O princípio do inciso VII é um dos que mais causa impacto na sociedade, quando a sociedade “pede” ensino de qualidade, o querem em um nível que proporcione ao aluno um futuro. Ensino de qualidade não é apenas um conceito, pois envolve um trabalho sério e a longo prazo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O artigo 208 da Constituição Federal tem por objetivo universalizar o ensino, na medida de suas necessidades. Para que todos brasileiros menores, adultos ou deficientes possam ser alfabetizados:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O caput do artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar, anualmente, 18% da receita resultante de impostos na Educação e que o Distrito Federal, Estados e Municípios devem aplicar 25%.

Sendo assim, como demonstrado na pesquisa, falta muito para que a Educação do Brasil tenha qualidade. É direito do povo brasileiro, seja por meio de voto ou protesto, pleitear por Educação de qualidade, pois no final quem, realmente, aplica os 18% e 25% somos nós, o povo brasileiro.

4.3.O Direito à Educação

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Como podemos observar, o Estatuto da Criança e do Adolescente procura priorizar o atendimento às crianças e aos jovens, ou seja, ao futuro do país:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Se o artigo 4º do ECA dá prioridade aos direitos fundamentais da criança e do jovem, o Artigo 53 assegura-lhes o direito à educação mais especificamente.

Os incisos I, II e III combinados com o artigo 206 da Constituição Federal, a qual descreve que a educação deve ser universal, merecem total atenção.

Como observamos durante as entrevistas nas escolas, o aluno da rede pública é muito carente. Essa carência não se trata apenas do nível socioeconômico, mas sim ao que diz respeito a alguns direitos fundamentais do artigo 4º do ECA.

Os direitos referentes à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária estão em carência, logo em discordância com a igualdade de condições.

O Direito à profissionalização não é alcançado em sua totalidade, pois, se a qualidade da Educação não atinge o nível satisfatório, o aluno não completará o Ensino Médio apto para atender ao mercado de trabalho. Logo o jovem não tem recursos para buscar a profissionalização.

O acesso à cultura é preocupante, por mais que o governo, através de programas como o PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola), forneça livros capazes de suprir essa ausência de informação, os alunos ainda não diferem ao obra de qualidade da obra ruim. Alguns deles, ainda não conhecem a própria história, não entendem o porquê de sua importância. Como demonstrado nos questionários da pesquisa, a cultura midiática prevalece, e caso são indagados sobre a cultura nacional, a desconhecem. Em resumo, o jovem sai da escola e não sabe quem é.

Já os direitos à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária têm sua carência em conjunto. De acordo com Gustavo Ioschpe, “Os alunos são condicionados pelo seu sistema de ensino a acreditar que o culpado pelo insucesso do aluno é ele mesmo” (In: *Veja* (1), 2014).

Podemos provar a tese de Ioschpe com alguns flashes obtidos a partir do breve momento em que ficamos dentro das salas de aula entrevistando os alunos. Alguns alunos quando questionavam sobre alguma questão do formulário eram, imediatamente, alvo de chacotas,

com afirmações do tipo: “Você é burro”, “Você não entende nada” ou “Ele não sabe nada”. O próprio colega de sala menospreza o outro e o professor não faz nada, é necessário uma interferência nesse comportamento para que, com o passar tempo, os alunos-alvo das chacotas não passem a acreditar que elas são de fato verdadeiras.

Outro ponto importante a observar é o comportamento do professor em sala de aula, alguns deles, não em sua totalidade, já estão visivelmente cansados do mau comportamento de alguns alunos e acabam ignorando suas ideias e seu comportamento.

Pesquisa presente no livro “O perfil dos Professores Brasileiros”, da UNESCO, revela que os professores não acreditam nas novas gerações. Cerca de 60 % dos professores consideram que valores relacionados à responsabilidade, ao sentido de família, à seriedade, ao respeito aos mais velhos e à tolerância estão enfraquecendo no jovem. Além disso, compromisso social, espiritualidade, honestidade, sentido do dever, ser esforçado, são valores que foram considerados entre 50% e 60% dos professores, como já enfraquecidos. Apenas o amor à liberdade é considerado fortalecido. (UNESCO, 2004, p.153)

Segundo a UNESCO, pressionados pelos baixos salários e pelo acesso limitado ou inexistente a bens culturais, entre outros problemas, os professores se veem isolados no enfrentamento da heterogeneidade social econômica e cultural que, segundo Morin (2000), caracteriza a sala de aula. Ao mesmo tempo, se defrontam com um processo gradativo de perda da identidade e da dignidade profissionais, que, conforme Libâneo, necessitam ser resgatadas (2003, apud UNESCO, 2004, p.18-19).

É possível afirmar que o aluno também não tem identidade, ele deixa de participar das aulas para não ser alvo de chacotas e quando participa só o faz para fazer graça porque sabe que o restante dos alunos vai achar legal. Quando o aluno-problema fala e não é ouvido, descobre que só gritando vai conseguir atenção.

A desigualdade e a carência são tão grandes que jovens e adultos dentro da sala de aula vivem como se estivessem em ditadura. Jovens que não podem falar e somente obedecer, adultos que têm medo de revolução, pois revolução causa barulho e perda do poder. Ou seja, ambos revoltados, jogando culpa um no outro.

Faz-se necessário o elogio e o respeito, para que esses excluídos da sociedade sintam-se inseridos e valorizados em suas potencialidades. E não falamos apenas de alunos, mas também de professores.

Em seu texto “Falência Educacional: complô ou lógica”, Gustavo Ioschpe apresenta dados que comprovam o que a família e a comunidade acham do aluno:

[...] em pesquisa recente da Unesco, 82% dos alunos ouvidos dizem que, se o aluno não passa de ano, a culpa é sua, muito mais que da escola (mencionada por apenas 5%) ou dos professores (3,7%). Para piorar, os próprios pais culpam o filho pelo insucesso na escola: pesquisa publicada no livro *A Escola Vista por Dentro*, indica que 63% dos pais da escola municipal e 54% dos da escola estadual culpam o filho por sua repetência. Cercados por esse mar de desconfiança assolados pelo próprio desconhecimento, os alunos protestam mais com os pés que com a cabeça: quando entendem que a escola lhes consome muito tempo sem dar muito em troca, abandonam-na. (In: *Veja* (2), 2014)

Além disso, em entrevista para a CBN, Gustavo Ioschpe declarou que o problema da Educação não é a falta de dinheiro, mas sim de qualidade (In: CBN, 2014). De acordo com Ioschpe, a solução é complicada, pois os alunos que saem das escolas vão para o mercado de trabalho com um nível muito baixo, se comparado com os muitos anos de instrução. O economista, ainda, afirma que para haver melhorias na qualidade é necessário analisar o tripé, sendo ele constituído por: Formação de professor, Gestores Educacionais e Práticas em sala de aula.

No que diz respeito à formação de professores, Ioschpe acredita que nossos cursos são deficitários e o profissional não sai capacitado para transmitir conhecimento.

A segunda base para o tripé, afirma que se refere aos Gestores Educacionais em sua função. Contudo, 1/3 dos diretores de escola são indicados por conveniência política e os que não são fruto de indicação política tem pouco preparo para a função. Logo, conclui-se que precisamos de gestores que estejam lá por mérito e competência, não por conveniência política.

A terceira reflete nas Práticas de sala de aula, Ioschpe acredita que o tempo gasto dentro da sala de aula deve ser melhor aproveitado, seja em prescrever lição de casa, avaliações, levar bom material didático, enfim melhorar as práticas para que somadas surtam efeitos relacionados à qualidade. Tudo isso, sem maiores investimentos na área da educação.

Em conformidade com a posição de Ioschpe, Libâneo chama atenção para o fato de que as universidades e os cursos de formação para o magistério devem estar voltados à formação de um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do

conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação (UNESCO, 2004, p.33). Para o autor, o novo professor, minimamente, necessitaria:

[...] de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias (2003 apud UNESCO, 2004, p.33).

De acordo com a UNESCO, os professores estão insatisfeitos em não dar conta de tanta cobrança, a população quer que o professor, sozinho, ensine tudo que seu filho deve saber (UNESCO, 2004, p.32).

Mesmo que Libâneo afirme que há falta de profissionais capacitados, o mesmo considera que há professores exemplares. Entretanto, sua maioria é deficiente. Segundo ele:

[...] as deficiências de formação inicial e a insuficiente oferta de formação continuada, aliadas a outros fatores desestimulantes, têm resultado num grande contingente de professores mal preparados para as exigências mínimas da profissão (domínio dos conteúdos, sólida cultura geral, domínio dos procedimentos de docência, bom senso pedagógico). Há dificuldades dos professores em lidar com novos problemas sociais e psicológicos que acompanham os alunos que entram na escola (familiares, de saúde, de comportamento social, concorrência dos meios de comunicação, desemprego, migração...). (2003 apud UNESCO, 2004, p.170)

Entretanto, devemos considerar que o professor não é o culpado pela má qualidade, mas todo o tripé, todo o sistema responsável por sua organização, como afirma Libâneo atrás deles estão as políticas educacionais, os baixos salários, a formação profissional insuficiente, a falta de condições de trabalho, falta de estrutura de coordenação e acompanhamento pedagógico etc. (2003, apud UNESCO, 2004, p. 170)

A qualidade da Educação deve ser cobrada pela sociedade, pois é seu direito. Além disso, conforme pesquisa da Unesco, no livro *O perfil dos Professores Brasileiros*, perguntou-se qual seria a ação de cunho preventivo ao que diz respeito do problema da criminalidade. A resposta, “[...] resolver o problema de emprego e melhorar a educação dos jovens”. (UNESCO, 2004, p.144-145).

Devemos considerar que solução dos problemas que preocupam a sociedade tem a mesma resposta, melhorar a Educação. Afinal, ela é o princípio de tudo, pois forma quem somos, forma o Brasil.

CONCLUSÃO

No dia 25 de junho de 2014, a atual presidente, Dilma Roussef, sancionou o Plano Nacional da Educação que conta com 20 metas estratégicas para o setor nos próximos dez anos. Com o objetivo de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação infantil, ensino fundamental e médio, o plano prevê um investimento de 10% do PIB nacional durante dez anos. (In: O GLOBO, 2014).

Além disso, o artigo 212 da Constituição Federal prescreve que a União deve aplicar, anualmente, 18% da receita resultante de impostos na Educação. Sendo assim, temos um montante de 28% de investimentos na Educação.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) recebe investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Como observamos nas escolas, esse programa que gasta milhões de reais é de extrema necessidade para que os alunos da rede pública tenham acesso a um acervo diversificado e atualizado. Entretanto, só a entrega desse material não basta, é necessário que os mediadores de leitura façam um trabalho significativo para que este dinheiro não seja gasto em vão.

Nas salas de leitura, os acervos estão disponíveis nas prateleiras, porém, quem impede seu uso é o próprio jovem, pois, em sua maioria, não são leitores. Partindo desse pressuposto, podemos observar que os 10% do PIB a mais que serão gastos na Educação podem não implicar em melhorias na formação do leitor. Afinal, as escolas já possuem materiais para leitura, então, o governo deveria trabalhar em seu sistema de organização.

O programa *Fantástico* da Rede Globo fez uma série de reportagens a respeito das escolas públicas do Brasil que funcionam e têm bom resultados, graças a seu bom sistema de gestão e profissionais (O GLOBO (2), 2014).

Vale lembrar que nem todas as escolas do Brasil são assim, o *Fantástico* também mostrou a situação precária de algumas escolas em regiões pobres do país, prejudicadas pela má distribuição de renda (O GLOBO (3), 2014).

Os professores estão cansados de lidar com alunos que não lhes obedecem e que estão sem vontade de aprender. Além disso, quando questionamos se recebem orientações da Secretaria da Educação para realizarem trabalho de promoção da leitura em sala de aula, afirmaram que recebem, mas nenhuma delas é destinada ao PNBE. Faz-se, então, necessário, por parte do governo, esclarecer dúvidas sobre o Programa, fornecer minicursos ou palestras a respeito de como explorar o material, pois somente dar os livros não basta. Os tempos mudaram, o material está sendo atualizado, logo o método de ensino também deve ser revisado.

Quanto aos resultados obtidos nas escolas públicas de Assis, chegamos à conclusão de que o aluno do Ensino Médio se preocupa só com o que é imediato, são alunos que passam muito tempo em rede social e se importam somente com trabalhar para sua independência econômica. Essa geração que não pensa a longo prazo, não tem hábito de leitura e aqueles que têm, não leem obras de arte.

Prestes a fazer vestibular, os alunos não estão prontos para lerem clássicos, sua leitura não é progressiva e ficam apenas com os *best-sellers*. Desconhecem que há níveis de leitura e para chegarem à leitura crítica é preciso que contem com a ajuda do mediador. Não basta, apenas, erradicar o analfabetismo, precisamos de jovens pensantes.

Durante todo o ensino médio, a escola impõe aos alunos a leitura do clássico, mesmo sabendo que não estão preparados. Como resultado, educamos alunos com medo de ler obras clássicas, ou seja, pelas respostas deles: temem encontrar palavras difíceis; livros de que não gostem ou não entendam; não estão preparados para as críticas do clássico, estão muito acostumados com os sonhos e finais felizes que a leitura da “moda” lhes proporciona.

Segundo Calvino, “[...] A escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os “seus” clássicos [...]” (1993, p. 13). O aluno precisa desvincular a ideia que tem do clássico ser difícil e chato, pois só assim será possível que escolha “seus” clássicos.

Encontramos uma falha referente ao funcionamento das bibliotecas, notamos que não há um padrão entre elas. Cada escola mantém a sala funcionando de acordo com o horário do professor responsável e não de acordo com os horários dos alunos.

Outro ponto relevante é a grande rotatividade de professores, quando os alunos têm aulas com muitos professores há quebra do próprio programa e falta de continuidade nos conteúdos. De

acordo com Gregorin (2011), para criar o hábito de leitura, há todo um processo de ensino e cada aluno tem seu tempo para absorver a informação.

Durante a passagem de um ano para o outro, geralmente, o professor de Língua e Literatura é outro, diverso daquele do ano anterior. Assim, os projetos de leitura ficam interrompidos, restritos, em geral, a um semestre, um bimestre, às vezes, a um mês somente.

Pelos diálogos com alunos, percebemos que quando um professor recebe uma sala nova, demora para que entenda como está o nível desta e, conseqüentemente, perde tempo com a aprendizagem equivocada e defasa o trabalho com a leitura realizado pelo professor anterior.

Notamos que os alunos estão cientes dos benefícios da leitura e quanto aos acervos, estes vêm sendo utilizados, mas não em sua totalidade. Alguns jovens desconhecem a variedade dos livros, ficam presos ao que o professor indica e o número de frequentadores da biblioteca ainda é muito baixo.

Também, verificamos, pela pesquisa de campo, que nossa hipótese sobre a formação do leitor sugere que muito ainda precisa ser feito nas escolas. Considerando que Assis possui elevado aproveitamento em leitura nas avaliações oficiais feitas na escola, nós nos surpreendemos, pois notamos que os alunos sabem fazer o discurso sobre a “importância” da leitura, mas na prática, elegem textos filiados aos modismos.

É importante salientar que o problema na Educação não possui um responsável, mas sim toda uma cadeia de fatores. Precisamos de pais e responsáveis que estejam dispostos a acompanhar o trabalho da escola na educação de seus filhos. Precisamos de escolas bem orientadas, de gestores capacitados e de um Plano de Ensino que busque resolver o problema com atitude e não só com o dinheiro.

Enfim, para construir uma sociedade melhor precisamos de uma Educação de qualidade, pois só assim conseguiremos reduzir as desigualdades sociais e a violência do país. Precisamos investir na raiz do problema, precisamos de jovens que serão o futuro da nação, como o *Legião Urbana* sempre disse, e acreditar em nossa rapaziada, como Gonzaguinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELIVROS. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3355:portaria-n.%C2%BA-584-de-28-de-abril-de-1997&catid=7:pnbe&Itemid=15>. Acesso em: 15 julh. 2013

AGÊNCIA BRASIL (1). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-24/habito-de-ler-esta-alem-dos-livros-diz-um-dos-maiores-especialistas-em-leitura-do-mundo>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. (2). Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/10/mec-divulga-lista-de-obras-literarias-selecionadas-para-o-programa-nacional-biblioteca-da>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

ALMANAQUE FOLHA. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BORELLI, Sílvia Helena Simões. **Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil**. São Paulo: EDUC: Estação Liberdade, 1996.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMARGO, Evandro do Carmo. Algumas notas sobre a trajetória editorial de *O Saci*. In:

LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (orgs.). **Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2008, p.87-99.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CBN. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2014/05/19/PROBLEMA-DA-EDUCACAO-NAO-E-FALTA-DE-DINHEIRO-MAS-SIM-DE-QUALIDADE.htm>> Acesso em: 29 mai. 2014

CECCANTINI, João Luís C. T. **Uma estética da formação: vinte anos de literatura juvenil brasileira premiada (1978-1997)**. Assis: Unesp, 2000. Tese de doutorado.

_____. A maturidade do subsistema: balanço de um ano de atividade editorial no âmbito da literatura infantojuvenil brasileira. In: DEBUS, Eliane; DOMINGUES, Chirley; JULIANO,

Dilma Beatriz. (Org.). **Literatura infantil e juvenil: leituras, análises e reflexões**. 1 ed. Palhoça: Ed. UNISUL, 2010, v. 1, p. 25-46.

CENTRO DE ESTUDOS DE LÍNGUAS. Disponível em: <http://celcalberto.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

CHARTIER, Roger. Hábito de ler está além dos livros, diz um dos maiores especialistas em leitura do mundo. In: AGÊNCIA BRASIL. Entrevista concedida à Amanda Ciegliniski. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/habito-de-ler-esta-alem-dos-livros-diz-um-dos-maiores-especialistas-em-leitura-do-mundo-20120624.html>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CONJUR. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2010-dez-26/segunda-leitura-dever-educar-pais-nao-escola> > Acesso em: 22 mai. 2014.

DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/biblioteca/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ECA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 15 dez. 2012.

E.E.PROFª LENY BARROS DA SILVA. Disponível em: <<http://eelenybarrosdasilva.no.comunidades.net/index.php?pagina=1496861477>>. Acesso em: 25 maio 2013.

ESCOLA KIDS. Disponível em: <<http://www.escolakids.com/a-cultura-do-brasil-no-periodo-da-republica-velha.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-725-das-escolas-nao-ha-biblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020-,987556,0.htm>>. Acesso em 14 maio 2013.

ESTADÃO (2). Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-72-5-das-escolas-nao-ha-biblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020,987556,0.htm> >. Acesso em: 06 mai. 2014.

FACEBOOK DA ESCOLA ERNANI RODRIGUES. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escola.ernanirodrigues>>. Acesso em: 25 maio 2013.

FNDE (1). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3292>>. Acesso em: 15 julh. 2013.

FNDE (2). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 julh. 2013.

FNDE (3). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 15 julh. 2013.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura Juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores**. 01 ed. São Paulo. Editora Melhoramentos Ltda., 2011.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. São Paulo: T. A Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

IDESP. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br/>>. Acesso em 3 jun. 2013.

INFO ESCOLA. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/movimentos-literarios/poesia-marginal/>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

INFOHOME (1). Disponível em: < http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=433 > Acesso em: 5 mai.2014

INFOHOME (2). Disponível em: < http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=822 > Acesso em: 5 mai.2014

INSTITUTO PRÓ-LIVRO, *Retratos da Literatura no Brasil*. São Paulo, 2012

JORNAL DE ASSIS, Assis, p.5, 12 de março de 2013.

JUSBRASIL. Disponível em: < <http://edmil.jusbrasil.com.br/artigos/111751353/educacao-familiar-base-de-uma-sociedade-saudavel> > Acesso em: 20 mai. 2014.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo. Editora Ática, 1988.

LEI N° 2.244 DE 24 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em 17 jun. 2013.

LUSOFONIA. Disponível em: <<http://lusofonia.com.sapo.pt/LB1.htm#contemporâneos>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. O PNBE e o Ceale: de como semear leituras. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MUNDO VESTIBULAR. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/4549/1/Literatura-no-Brasil/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 19 fev. 2013

O GLOBO (1). Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/06/dilma-sanciona-nesta-quarta-plano-nacional-de-educacao.html>>. Acesso em: 4 maio 2014.

O GLOBO (2). Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/serie-vai-mostrar-escolas-publicas-que-funcionam-muito-bem-pelo-pais.html>>. Acesso em: 4 maio 2014.

O GLOBO (3). Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/fantastico-mostra-situacao-precaria-de-escolas-publicas-em-alagoas-em-pernambuco-e-no-maranhao.html>>. Acesso em: 4 maio 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5.ed. 4.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/30/acervo-com-360-livros-sera-distribuido-em-85-mil-escolas/print>>. Acesso em 15 dez. 2012.

REVISTA EDUCAÇÃO (1). Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/203/um-lugar-sem-sentido-308062-1.asp>> Acesso em: 20 mai.2014

REVISTA EDUCAÇÃO (2). Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/203/um-lugar-sem-sentido-308062-1.asp>> Acesso em: 20 mai.2014

REVISTA DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-protesto-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em: 6 mai. 2014.

SANDRONI, Laura C., MACHADO, Luiz P. **Guia Prático de Estímulo a Leitura: A criança e o livro.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://saresp.fde.sp.gov.br/2013/>>. Acesso em 3 jun. 2013.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Conhecimento e cidadania: quando a leitura se impõe como mais necessária ainda! In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais.** 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: Unc, 2009, p.147-154.

VEJA (1). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/gustavo_ioschpe/index_180209.shtml> Acesso em: 19 mai. 2014.

VEJA (2). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/gustavo_ioschpe/index_180209.shtml> Acesso em: 19 mai. 2014.

VESTIBULAR UOL. Disponível em: < <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/protestos-no-pais-a-revolta-da-nova-geracao.htm> > Acesso em: 6 mai. 2014.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. Caminhos da leitura literária no Brasil: prelos, editoras e instituições. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice Áurea Penteadó (orgs.). **Territórios da leitura: da literatura aos leitores.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006, p.237-254.

ANEXO I**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA****Questionário do aluno**

Escola:

Data:

Série:

Idade:

Sexo:

 F M**1. Você gosta de ler?** Não. Por quê? _____
_____ Sim. Por quê? _____
_____**2. Você acha que ler é importante?** Sim Não

Por quê? _____

3. Você acha que deveria ler mais? Sim Não

Por quê? _____

4. Existem livros na sua casa? Sim Não

5. Na sua família, as pessoas têm o hábito de leitura?

Não.

Sim.

Se respondeu afirmativamente, quem lê?

Pai Mãe irmão avós Outro: _____

6. Quando você era pequeno liam para você?

Sim

Quem? Pai Mãe irmão avós Outro: _____

Até que idade leram para você? _____

Não

Você gostaria que alguém tivesse lido? Quem? _____

7. O que você acha de ganhar um livro?

Chato Bom Muito bom Legal Tanto faz.

Por quê? _____

8. O que você faz com os livros que recebe?

Leio Jogo fora Guardo Dou de presente

Devolvo para a escola.

9. Qual livro você gostaria de ganhar?

10. Você frequenta a biblioteca?

() Sim

() Não.

Por quê? _____

ANEXO II

**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA****Questionário do Diretor/ Coordenador****Público-alvo:** Diretor/Coordenador Pedagógico

Para nos conhecermos melhor, responda, por gentileza, às seguintes questões. A seriedade em suas respostas auxiliará na reflexão acerca dos programas de leitura e da formação do jovem leitor em ambiente escolar.

a) **Nome:** _____**Idade:** () 20 a 25 () 26 a 30 () 31 a 35 () 36 a 40 () 41 a 45

() 46 a 50 () 51 a 55 () 56 a 60 () mais de 60.

b) **Sexo:** () masculino () femininoc) **Anos no magistério:** _____ d) **Município de origem:** _____e) **Situação funcional/cargo:** _____

1. Você considera importante a existência de uma biblioteca escolar?

() sim () não

Por quê?

2. Há biblioteca na escola em que atua?

() sim () não

Se respondeu **negativamente**, informe se existe o desejo ou uma previsão para a criação de uma.

Se respondeu **afirmativamente**, informe se existem atividades de leitura desenvolvidas no espaço da biblioteca escolar:

sim não

Qual(is) atividades(s), com que frequência ocorre(m) e quem a(s) desenvolve?

2. A escola é contemplada com algum programa de fomento à leitura do governo federal, estadual e/ou municipal?

sim não

Se respondeu afirmativamente, qual(s) é(são)?

Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE

Centenário Helena Kolody

Conversa com Verso e Prosa

Biblioteca em minha casa

Outros: _____

2.1 Algum desses programas envia acervos para a escola?

sim não

Se respondeu afirmativamente, qual(is) programa(s)?

2.2 Algum desses programas envia livros para os alunos?

sim não

Se respondeu afirmativamente, qual(is) programa(s)?

2.2.1 Qual é a reação dos alunos ao receberem os livros?

Agressividade, jogam fora o exemplar ou o destroem

Indiferença

Alegria

Afirmam que farão a leitura

Outra: _____

2.3 Existe algum projeto de leitura, desenvolvido na escola, a partir dos preceitos desses programas?

sim não

Se respondeu afirmativamente, apresente como o(s) projeto(s) é(são) desenvolvido(s).

2.4. Como você avalia o impacto desse(s) programa(s) para o trabalho do **professor** em sala de aula?

2.5. Como você avalia o impacto desse(s) programa(s) para a vida escolar do **aluno**?

3. Gostaria de acrescentar alguma informação que considera importante?

ANEXO III

**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA****Questionário professor**

Público-alvo: Professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio

Para nos conhecermos melhor, responda, por gentileza, às seguintes questões. Suas respostas farão parte de uma grande pesquisa e seu nome não será divulgado. A seriedade em suas respostas auxiliará na reflexão acerca da formação do jovem leitor em ambiente escolar.

a) **Idade:** () 20 a 25 () 26 a 30 () 31 a 35 () 36 a 40 () 41 a 45

() 46 a 50 () 51 a 55 () 56 a 60 () mais de 60.

b) **Sexo:** () masculino () feminino

c) **Anos no magistério:** _____ d) **Município de origem:** _____

e) **Situação funcional:** _____ f) **Com qual(s) série(s) trabalha?** _____

1. Qual é o seu nível de escolaridade?

() Superior – Letras

() Pós-graduação *lato sensu* (Especialização)

() Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado)

() Pós-graduação *stricto sensu* (Doutorado)

() Outra graduação: _____

2. Para você, a leitura é importante? Por quê?

2.1 Se respondeu afirmativamente à questão anterior, você se considera uma pessoa com hábito de leitura?

sim

não

2.2 Se respondeu afirmativamente, mencione um livro que leu recentemente, bem como o nome do autor.

2.3 Qual gênero prefere?

aventura drama autoajuda romance poesia jornal

revista livros técnicos outros: _____

2.4 Qual livro considera inesquecível? Por quê?

4. Tem algum autor preferido?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, qual?

5. Você frequenta alguma biblioteca?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, qual biblioteca (escolar, municipal, entre outras)?

6. O que você acha da relação dos jovens atualmente com a leitura? Por quê?

7. Desenvolve algum projeto de leitura na escola?

sim não

Se respondeu afirmativamente, como funciona seu trabalho de ensino da leitura na escola? Relate um pouco.

8. A escola em que você trabalha desenvolve ações de promoção da leitura?

sim não

Se respondeu afirmativamente, quais são essas ações?

9. Você recebe orientações da Secretaria da Educação para realizar trabalho de promoção da leitura em sala de aula?

sim não

Se respondeu afirmativamente, quais são as orientações?

10. Você desenvolve algum tipo de trabalho voltado para a formação do leitor em sala de aula?

sim não

Se respondeu afirmativamente, como considera o seu trabalho com a leitura?

Satisfatório

Bom

Ótimo

Justifique a classificação:

11. Você conhece algum programa de leitura do governo federal, estadual e/ou municipal?

sim

não

Se respondeu afirmativamente à questão, informe qual você conhece:

Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE

Centenário Helena Kolody

Conversa com Verso e Prosa

Biblioteca em minha casa

Outros: _____

11.1 Quais são os objetivos do programa que você conhece?

11.2 Acha que são importantes para o trabalho que desenvolve em sala de aula?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, justifique essa importância.

11.3 Você, como professor(a) de Língua Portuguesa, desenvolve alguma atividade a partir desses programas?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, quais são as ações?

12. Você já leu livros de literatura juvenil?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, cite títulos e autores.

13. Você trabalha com a literatura juvenil em sala de aula?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, como que funciona? Relate.

14. Atualmente, há algum(ns) livro(s) adotado(s) em sala de aula para a leitura da sua turma?

sim

não

Se respondeu afirmativamente, cite títulos e autores.

14.1 Relate suas experiências de leitura com o(s) livro(s) adotado(s) para a turma.

14.2 Quais critérios você utiliza para a seleção de livros?

por idade

por premiações das obras (Jabuti, Altamente recomendável, PNBE, FDE, entre outros).

disponíveis na biblioteca

conforme a escolha dos alunos

outros: _____

15. Gostaria de acrescentar alguma informação que considera importante?

TABELA – Anexo IV

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA - 2005 A 2013

ANO DE AQUISIÇÃO	ANO DE ATENDIMENTO	ALUNOS BENEFICIADOS	ESCOLAS BENEFICIADAS *	LIVROS	INVESTIMENTO **	ATENDIMENTO
				5.918.966	47.268.337,00	Fundamental de 1ª a 4ª série
		5.065.686	85.179	7.233.075	46.509.183,56	Fundamental de 5ª a 8ª série
		16.430.000	127.661	1.948.140	9.044.930,30	Educação Infantil
		12.949.350	49.516	3.216.600	17.336.024,72	Fundamental de 1ª a 4ª série
		15.577.108	122.742	5.798.801	29.563.069,56	Fundamental de 1ª a 4ª série
		4.153.097	39.696	1.471.850	7.042.583,76	EJA
		24.723.464	161.274	10.660.701	48.766.696,45	Total
		35.563.761	137.968	204.220	3.051.046,80	Educação Básica
				10.864.921	51.817.743,25	Total
2010	PNBE 2011					
		20.092.958	54.359	5.585.414	70.812.088,00	Total

14.565.893	115.344	5.574.400	45.955.469,82	Fundamental do 1º ao 5º ano
4.157.721	38.769	1.425.753	11.216.573,38	EJA
22.305.401	148.018	10.485.353	81.797.946,11	Total

** O número total de escolas beneficiadas não será igual à soma das escolas beneficiadas em cada nível de ensino. Há escolas que executam mais de um nível de ensino.*

*** Valor gasto com aquisição, distribuição, controle de qualidade etc.*

**** A partir de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento.*